

Clique aqui para personalizar sua barra de sistemas

[44 protocolos]



Protocolo digital



Veridiane da
Costa Gomes
Protocolo
Secretaria : SMGA

- Novo Interno
- Novo Externo
- Acesso Rápido (Atendimento)
- Caixa de Entrada
- Caixa de Entrada do 156
- Gerar Senha 156

Não Abertos

Histórico

Localizar...

Agendamentos

Funcionários Favoritos

Administradores do Protocolo

Aviso de Pauta

Estatísticas do Protocolo

Desviar Processos

Relatórios

Bloquear Tela

Sair

Novo

- Em Andamento
- Encerrado
- Pendente
- Aguardando Requerente
- Abertura
- Reaberto

Existem 44 protocolos aguardando o seu parecer

Visualização

Número: 46450/2022

Categoria: CONTRATOS

Subcategoria: --- Não Especificado ---

Funcionário: Sabrina Cardoso Pinto [Visualizar dados]

Nome do Interessado: Henrique da Costa Bernardelli [Visualizar dados]

CPF/CNPJ do Interessado: 270.431.697-04

Data e Hora de Criação: 27/09/2022 18:16:18

Texto do Protocolo: Visualizar

Movimentações: Visualizar

Documentos apresentados:

Doc. apres. após abertura:

Adicionar Documentos

*M. 3312 CD. 61/22***Texto do Protocolo (Subir)**

Solicitação de contrato com o Instituto Cidade Segura - Plano Rio Grande de Paz.

Movimentações (Subir)

		Funcionário: Sabrina Cardoso Pinto [Visualizar dados] Recebimento: 27/09/2022 18:16:18 Visualização: 27/09/2022 18:16:18 Resposta: 29/09/2022 18:41:27 Situação: Abertura
		Parecer: Para andamento. Att. Arquivo • Certidão Municipal [visualizar] Arquivo • Certidão [visualizar] Arquivo • Certidão federal [visualizar] Arquivo • Portfólio [visualizar] Arquivo • CNPJ [visualizar] Arquivo • Parecer [visualizar] Arquivo • Termo de referência2 [visualizar] Arquivo • Termo de referência [visualizar] Arquivo • Proposta [visualizar] Arquivo • Ofício 1404 [visualizar] Arquivo • Solicitação de compras [visualizar]
001		Funcionário: Cecilia Schmutz Pucinelli [Visualizar dados] Recebimento: 29/09/2022 18:41:27 Visualização: 29/09/2022 18:49:58 Resposta: 30/09/2022 18:26:01 Situação: Andamento
		Parecer: Encaminho para informação sob o aspecto orçamentário. Ressalto que os demais valores além do reservado serão suplementados com excesso de arrecadação do MDE.
002		Funcionário: Daniel Reyes Dias [Visualizar dados] Recebimento: 30/09/2022 18:26:01 Visualização: 03/10/2022 14:50:31 Resposta: 03/10/2022 15:05:04 Situação: Andamento
		Parecer: Tendo em vista a correta classificação da despesa, nada temos a opor quanto ao aspecto orçamentário, desde que observadas as proposições elencadas na LDO 2022. Solicitação homologada: 3269/2022 - Recurso: MDE, ressalto que foi reservado apenas R\$ R\$ 30.000,00 para a dotação, e que a mesma estará sendo suplementada cfe. informação do campo 002, considerando o plano de trabalho apresentado pela Secretaria de Educação para utilização do Recurso. Nada temos a opor quanto ao aspecto financeiro desta Compra, desde que observados o art.8º da LC 101/00 seção IV - Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas e o art.48 da Lei 4.320/64 Título VI - Da Execução do Orçamento - Da Programação Financeira. Atenciosamente, Daniel R. Dias - Técnico Contábil - SMF - Seccional SMEd.
003		Funcionário: Deivid Moraes Mendes [Visualizar dados] Recebimento: 03/10/2022 15:05:04 Visualização: 03/10/2022 15:05:04 Resposta: 03/10/2022 15:05:04 Situação: Andamento
004		Funcionário: Deivid Moraes Mendes [Visualizar dados] Recebimento: 03/10/2022 15:05:04

Visualização: 06/10/2022 06:08:24**Resposta:** 06/10/2022 07:08:06**Situação:** Andamento**Parecer:** Prezada, solicito que seja verificado se a empresa possui carta de exclusividade.

		Funcionário: Sabrina Cardoso Pinto [Visualizar dados] Recebimento: 06/10/2022 07:08:06 Visualização: 06/10/2022 10:38:55 Resposta: 07/10/2022 14:05:48 Situação: Andamento Encaminho para andamento e ressalto que a resposta ao questionamento do campo Parecer: 004 está em anexo. Att. Arquivo • OFÍCIO [visualizar] Arquivo • Memorando [visualizar] Arquivo • PROCESSO [visualizar] Arquivo • ATESTADO 1 [visualizar] Arquivo • ATESTADO 2 [visualizar]
005		Funcionário: Deivid Moraes Mendes [Visualizar dados] Recebimento: 07/10/2022 14:05:48 Visualização: 08/10/2022 08:07:59 Resposta: 09/10/2022 13:12:48 Situação: Andamento Parecer: art. 25, II c/c art. 13, VI da Lei nº 8666/93
006		Funcionário: Veridiane da Costa Gomes [Visualizar dados] Recebimento: 09/10/2022 13:12:48 Visualização: 10/10/2022 15:28:55 Resposta: 10/10/2022 16:05:50 Situação: Andamento Prezada, segue lista de documentação necessária para a continuidade do processo. Falta Parecer: anexar: Cert. de falência e concordata; Negativa de FGTS; Alvará de funcionamento; Cert Negativa de débitos trabalhistas e declaração de não parentesco (em anexo). Atenciosamente. Arquivo • Lista de documentos [visualizar] [excluir]
007		Funcionário: Sabrina Cardoso Pinto [Visualizar dados] Recebimento: 10/10/2022 16:05:50 Visualização: 10/10/2022 16:35:55 Resposta: 11/10/2022 13:09:12 Situação: Andamento Parecer: Encaminho para continuidade do processo. Att. Arquivo • Contrato Social [visualizar] Arquivo • FGTS [visualizar] Arquivo • Falência [visualizar] Arquivo • CNPJ [visualizar] Arquivo • Certidão trabalhista [visualizar] Arquivo • Comprovante inscrição [visualizar] Arquivo • Certidão Municipal [visualizar] Arquivo • Certidão Federal [visualizar] Arquivo • Certidão estadual [visualizar] Arquivo • Alvará [visualizar] Arquivo • Declaração [visualizar]
008		Funcionário: Veridiane da Costa Gomes [Visualizar dados] Recebimento: 11/10/2022 13:09:12 Visualização: 17/10/2022 14:06:01 Resposta: 17/10/2022 15:01:29 Situação: Andamento Prezada, a SC de compras anexada consta com o valor de R\$ 30.000,00. Diferente da Parecer: proposta. Favor verificar.
009		Funcionário: Sabrina Cardoso Pinto [Visualizar dados] Recebimento: 17/10/2022 15:01:29 Visualização: 17/10/2022 17:12:41 Resposta: 19/10/2022 17:25:51 Situação: Andamento Parecer: RESPONDIDO PELO FUNCIONÁRIO A SEGUIR.
010		Funcionário: Cecilia Schmutz Pucinelli [Visualizar dados] Recebimento: 19/10/2022 17:25:51 Visualização: 19/10/2022 17:25:51 Resposta: 19/10/2022 17:25:51 Situação: Andamento Parecer: Para continuidade do processo.
011		Funcionário: Cecilia Schmutz Pucinelli [Visualizar dados] Recebimento: 19/10/2022 17:25:51 Visualização: 19/10/2022 17:25:51 Resposta: 19/10/2022 17:25:51 Situação: Andamento Parecer: Para continuidade do processo.
012		Funcionário: Cecilia Schmutz Pucinelli [Visualizar dados] Recebimento: 19/10/2022 17:25:51 Visualização: 19/10/2022 17:26:31 Resposta: 19/10/2022 17:34:56 Situação: Andamento Reencaminhamos conforme, orientação do Senhor Prefeito e informamos que a Parecer: solicitação de compras foi enviada em valor menor do que o montante do contrato a ser firmado, pois a dotação indicada será devidamente suplementada com recurso oriundo

de excesso de arrecadação de MDE, a ser informado pela SMF, por ocasião do lançamento do referido contrato no sistema.

	Funcionário: Deivid Moraes Mendes [Visualizar dados] Recebimento: 19/10/2022 17:34:56 Visualização: Resposta: 19/10/2022 18:01:35 Situação: Andamento Parecer:	
013	Funcionário: Deivid Moraes Mendes [Visualizar dados] Recebimento: 19/10/2022 17:34:56 Visualização: Resposta: 19/10/2022 18:01:35 Situação: Andamento Parecer: Encaminho para continuidade. At.te	
014	Funcionário: Kelen Parulla Guimarães [Visualizar dados] Recebimento: 19/10/2022 18:01:35 Visualização: Resposta: 19/10/2022 18:01:35 Situação: Andamento	RESPONDIDO PELO FUNCIONÁRIO A SEGUIR.
015	Funcionário: Kelen Parulla Guimarães [Visualizar dados] Recebimento: 19/10/2022 18:01:35 Visualização: 21/10/2022 09:30:46 Resposta: 21/10/2022 10:19:48 Situação: Andamento	Parecer: Encaminho, anexo, minuta de contrato e solicito análise e parecer jurídico. At.te Arquivo • minuta de contrato [visualizar]
016	Funcionário: Maria Teresa Fernandes Correa [Visualizar dados] Recebimento: 21/10/2022 10:19:48 Visualização: 21/10/2022 11:20:13 Resposta: 21/10/2022 11:48:38 Situação: Andamento	Parecer: Sr. Procurador Geral, para análise. At. Arquivo • Parecer [visualizar]
017	Funcionário: Enio Duarte Fernandez Junior [Visualizar dados] Recebimento: 21/10/2022 11:48:38 Visualização: 21/10/2022 13:22:06 Resposta: 21/10/2022 13:22:28 Situação: Andamento	Parecer: homologo e aprovo.
018	Funcionário: Kelen Parulla Guimarães [Visualizar dados] Recebimento: 21/10/2022 13:22:28 Visualização: 23/10/2022 12:20:26 Resposta: 23/10/2022 12:20:58 Situação: Andamento	Parecer: Encaminho para que seja viabilizado no sistema. At.te Funcionário: Veridiane da Costa Gomes [Visualizar dados] Recebimento: 23/10/2022 12:20:58 Visualização: 28/10/2022 15:51:47 Resposta: Situação: Andamento Parecer: <div style="border: 1px solid black; padding: 10px; width: fit-content; margin-left: auto; margin-right: auto;"> Operação* <input style="width: 150px;" type="text" value="Encaminhar"/> Destinatário* <input type="text" value="Localizar funcionario..."/> Parecer* <div style="text-align: right; font-size: small;">Caracteres Restantes: 10000</div> <div style="text-align: center; margin-top: 5px;"> Limpar formulário Confirmar Operação </div> </div>
019		

Anexar

Imprimir Protocolo

Voltar

Setor de Informática - Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento - Prefeitura Municipal do Rio Grande - Copyright ©2007



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município Da Educação



Of.1404 /2022/SMED

Rio Grande, 29 de setembro de 2022

Ilmo.

Sr. Deivid Moraes Mendes.

Ao cumprimentá-lo(a), cordialmente, vimos solicitar-lhe, a contratação do serviço do Instituto Cidade Segura para implementação de um Sistema Municipal de Prevenção a Violência.

Cabe salientar, que a referida solicitação será feita através da dotação elencada abaixo, totalizando o valor estimado para SMED de R\$ 1.987.595,00

Processo conforme Decreto nº 17952/2021 . PD 46450/2022

Pacto com implementação dos programas de prevenção.	R\$ 144.000,00	(SMMAS)
Pesquisa Municipal de Vitimização.	R\$ 77.000,00	(SMMAS)
Programa Ame.	R\$ 60.000,00	(SMS)

Programa Conte Comigo

08	Secretaria de Município da Educação
08.02	Complexo Educacional
08.02.12	Educação
08.02.12.361	Ensino Fundamental
08.02.12.361.0013	Jovem Preparado Para o Futuro
08.02.12.361.0013.2264	Manutenção do Projeto Pais na Escola
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Código Reduzido:	691 (MDE)
Valor Total	R\$ 264.900,00

Programa Seja

08	Secretaria de Município da Educação
08.02	Complexo Educacional
08.02.12	Educação
08.02.12.361	Ensino Fundamental
08.02.12.361.0013	Jovem Preparado Para o Futuro
08.02.12.361.0013.2264	Manutenção do Projeto Pais na Escola
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Código Reduzido:	691 (MDE)
Valor Total	R\$ 1.263.695,00



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município Da Educação

Programa Cada Jovem Conta

08	Secretaria de Município da Educação
08.02	Complexo Educacional
08.02.12	Educação
08.02.12.361	Ensino Fundamental
08.02.12.361.0013	Jovem Preparado Para o Futuro
08.02.12.361.0013.2264	Manutenção do Projeto Pais na Escola
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Código Reduzido:	691 (MDE)
Valor Total	R\$ 144.000,00

Programa Sagaz

08	Secretaria de Município da Educação
08.02	Complexo Educacional
08.02.12	Educação
08.02.12.361	Ensino Fundamental
08.02.12.361.0013	Jovem Preparado Para o Futuro
08.02.12.361.0013.2264	Manutenção do Projeto Pais na Escola
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Código Reduzido:	691 (MDE)
Valor Total	R\$ 36.000,00

Sendo o que tínhamos para o momento, e certos de vossa presteza, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Henrique da Costa Bernardelli
Secretário de Município da Educação.

Ilmo. Sr.
Deivid Moraes Mendes
Secretario de Gabinete de Compras, Contratos e Licitações

MUNICÍPIO DO RIO GRANDE
 Fone/Fax: 5330338417
 Engenheiro João Fernandes Moreira, s/n
 CEP: 96200000
 CNPJ: 88566872000162

Compras		
Solicitação de Compra		Usuário: 93263805053
Solicitação de Compra N° 3269/2022		
Emissão: 29/09/2022	Hora: 15:49:08	Página 1 de 1



Informações do Requisitante

Requisitante: SABRINA CARDOSO PINTO

Fone: Ramal:

E-mail:

Descrição Resumida para Empenho e Justificativa: Solicitação de valor referente ao contrato com Instituto Cidade segura

Prazo: 15 dias

Solicitação Homologada em: 29/09/2022 as 15:48.

Nº	Dotação	Despesa	Recurso	Item	Descrição	Unidade	Quant.	Unitário	Total	Valor Reservado
1	691	3.3.90.39.65.00.00.00	20	292899	CONTRATOS DE PRESTACAO DE SERVICOS DE ASSISTENCIA TECNICA E CIENTIFICA	Unidad e	1,0000	30.000,0 00	30.000,0 0	30.000,00
									Total	30.000,00

Recurso	Descrição
20	MDE

Centro de Custo	Descrição
6	SMED

Programa	Descrição
13	JOVEM PREPARADO PARA O FUTURO

 Prefeito

Henrique da Costa Bernardelli
 Secretário

 Requisitante

HENRIQUE DA COSTA BERNARDELLI
 Secretário de Município da Educação
 Matrícula: 15726 - SMED



PROPOSTA COMERCIAL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE

Serviços a serem realizados

1. Realizar um diagnóstico com uma pesquisa de vitimização para identificar o volume total de vítimas dos diferentes tipos de crimes contra a vida e contra o patrimônio, identificando os níveis de cifra oculta que não são registrados pelas polícias, os níveis de sensação de segurança, preconceitos e confiança nas instituições.
2. Formular e dar apoio para a implantação do Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Violência, construído de forma integrada com os diferentes órgãos federais, estaduais e municipais, além do Ministério Público e do Poder Judiciário que atuam na cidade e a sociedade civil, que será composto por programas de aplicação da lei e de prevenção à violência, estabelecendo objetivos, responsáveis, metas e indicadores.
3. Implementar e transferir a tecnologia para a implantação dos seguintes Programas de prevenção à violência baseados em evidências, através da técnica da educação socioemocional na rede escolar de ensino infantil e fundamental:
 - Programa AME de treinamento parental para mães, pais e cuidadores de crianças de 0 a 6 anos de idade, voltado para a redução da violência e negligência contra crianças
 - Programa CONTE COMIGO de desenvolvimento cognitivo, habilidades socioemocionais e fortalecimento de vínculos parentais
 - Programa SEJA integral de prevenção à violência para crianças e jovens nas escolas, de educação socioemocional para todos os alunos do 1º ao 9º ano do ensino municipal e estadual
 - Programa CADA JOVEM CONTA para detecção de casos de risco e estruturação de gestão de casos, composto por profissionais de cada território das redes de educação, saúde e assistência social.
 - Programa SAGAZ voltado para o fortalecimento da regulação emocional e da empatia de jovens em vulnerabilidade para a violência, referenciados pelo Programa Cada Jovem Conta de escolas e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;

1.1 Metodologias de Prevenção

Todas as metodologias preveem:

- Transferência integral da tecnologia social, com a integra dos arquivos prontos para impressão e cedência dos direitos autorais dos materiais impressos e vídeos de formação do programa para livre utilização pelo município.
- Impressão dos materiais para implementação no primeiro ciclo.
- Formação dos servidores públicos que farão a implementação da metodologia e a formação de supervisores e formadores próprios do município no segundo ciclo de aplicação de cada metodologia
- Supervisão junto aos aplicadores durante o primeiro ciclo de aplicação e o apoio a supervisão feita pelos supervisores do município no segundo ciclo de aplicação de cada metodologia;

1.1.1 Programa de treinamento parental – PROGRAMA AME (P1)

- Programa AME de treinamento parental para mães, pais e cuidadores de crianças de 0 a 6 anos de idade, voltado para a redução da violência e negligência contra crianças
- Ciclo de aplicação: Programa composto por 8 encontros semanais com a duração de 1h30min, em grupos de até 10 mães, pais e cuidadores;
- Formação inicial de uma turma de 20 aplicadores, composta por quatro encontros online de 1 hora e uma imersão de 3 dias com duração total de 24 horas de formação.
- Materiais: 1 Manual de facilitador, 1 caderno e 1 cartaz para cada cuidador;
- Materiais impressos para o primeiro ciclo de aplicação: 20 manuais de facilitadores, 200 cadernos e 200 cartazes do cuidador

1.1.2 Programa Conte Comigo para o ensino infantil (P2)

- Programa Conte Comigo de estímulo cognitivo e socioemocional para educadores e familiares de crianças do Ensino Infantil, composto de duas frentes de ação:
 - Frente Escolar: onde o Instituto Cidade Segura forma os educadores do Ensino Infantil para aplicarem o Programa junto às crianças nas salas de aula
 - Frente Familiar: onde o Instituto Cidade Segura forma as supervisoras escolares do Ensino Infantil para realizarem a formação dos familiares das crianças para aplicação do Programa em casa
- Ciclo de aplicação: As duas frentes do Programa são compostas por formações de 8 encontros semanais destinado a professores da educação infantil, realizada pelos formados da Cidade Segura e pais e cuidadores de crianças de 2 a 6 anos, realizada pelas supervisoras escolares, devidamente treinadas pela Cidade Segura.
 - Frente Escolar: formação de 96 educadores com dois ciclos de formação com 48 professores em cada ciclo, com turmas de 8 pessoas no máximo com carga horária de 14 horas em 4 turnos;

- Material impresso: 100 kits (cada professora recebe um kit). Cada kit contém 5 livros e 7 cartões de casa;
- Frente familiar: Formação Conte Comigo para facilitadoras de grupos de cuidadores totalizando 50 facilitadoras, com carga horária total da formação de 29 horas de formação por professora;
 - Material impresso para facilitadoras: 50 kits (cada facilitadora recebe um kit). Cada kit contém 5 livros e 7 cartões de casa.
 - Material impresso para famílias: 400 kits, compostos de 5 livros.



1.1.3 Programa de Educação socioemocional para o ensino fundamental – Programa SEJA (P3)

- Programa SEJA de educação socioemocional voltado estudantes do 1º ao 9º ano do ensino fundamental;
- Ciclo de aplicação: Programa composto por 20 aulas semanais com a duração de uma hora aula;
- Adaptação dos materiais para a cidade com a equipe pedagógica da Secretaria de Educação;
- Sensibilização inicial para os Professores com disponibilização de curso online e acesso a Plataforma online do curso;
- Formação inicial composta por 24 horas-aula para os professores que aplicarão o programa nas turmas, em cronograma e formato a ser detalhado com a Secretaria Municipal de Educação.
- Materiais: 1 Manual do professor, 1 caderno do aluno e 1 cartaz do aluno e 3 cartazes para cada sala de aula, do 1º ao 9º ano do ensino fundamental;
- Materiais impressos para o primeiro ciclo de aplicação*:

Material	Quantidade
Manual do professor	400
Caderno do aluno	15.368
Cartaz do aluno	15.368
Cartazes para cada sala de aula	1.200

* Os números foram retirados do Portal QEDU, mas serão impressos materiais para atender o número total de matrículas existentes no dia da assinatura do contrato

1.1.4 Programa de Proteção em rede para jovens em situação de risco – CADA JOVEM CONTA (P4)

- Programa CADA JOVEM CONTA para detecção de casos de risco e estruturação de gestão de casos, composto por profissionais de cada território das redes de educação, saúde e assistência social.
- Formação: 1 turno para todos os servidores das redes sociais, indicadores pelo município;
- Materiais: 1 Manual para cada servidor que fizer parte do programa
- Material impresso: 150 manuais

1.1.5 Programa de Psicoeducação – SAGAZ (P5)

- Programa SAGAZ voltado para o fortalecimento da regulação emocional e da empatia de jovens em vulnerabilidade para a violência, referenciados pelo Programa Cada Jovem Conta de escolas e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- Ciclo de aplicação: Programa composto por 12 encontros semanais com a duração de 1h30min, em grupos de até 10 jovens;
- Formação inicial de uma turma de 20 aplicadores, com a duração de quatro encontros online de 1 hora e uma imersão de 3 dias com duração total de 24 horas de formação.
- Materiais: 1 Manual de facilitador, 1 caderno e 1 cartaz para cada jovem;
- Materiais impressos para o primeiro ciclo de aplicação: 20 manuais de facilitadores, 200 cadernos e 200 cartazes do jovem.

1.2 Elaboração do Plano Municipal de Prevenção a Violência

Formular e dar apoio para o Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção a Violência, construído de forma integrada com os diferentes órgãos federais, estaduais e municipais, além do Ministério Público e do Poder Judiciário que atuam na cidade e a sociedade civil, que será composto por programas de aplicação da lei e de prevenção a violência, estabelecendo objetivos, responsáveis, metas e indicadores, com base nas etapas abaixo:

1.2.1 Elaboração de Diagnóstico (E1)

- Análise da situação de violência detalhada sobre a dinâmica criminal na cidade, utilizando informações dos indicadores de violência das instituições de segurança presentes no município e informações das bases de dados da saúde, educação e assistência; e
- Mapeamento dos programas, projetos e ações de prevenção à violência realizados nas cidades por órgãos públicos e privados e da capacidade institucional instalada na cidade e uma análise do seu potencial de acordo com as capacidades e as evidências científicas existentes sobre cada projeto;
- Avaliação das tecnologias de segurança pública já implantadas pela cidade, bem como assessoria para a formulação de projetos de aquisição de novas tecnologias, buscando otimizar

custos e potencializar os resultados, de acordo com as melhores evidências disponíveis.

- Realização de uma Pesquisa Municipal de Vitimização, com amostra estatisticamente representativa do conjunto da população, para analisar taxas totais de vitimização e de subnotificação dos principais crimes contra a pessoa e contra o patrimônio na cidade, sensação de segurança, confiança nas instituições, violência contra a mulher e preconceitos.

1.2.2 Fortalecimento do Observatório Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Violência (E2)

- Treinamento da equipe do Observatório em análise criminal e georreferenciamento
- Definição dos indicadores que serão monitorados e preparação de relatório mensal de monitoramento
- Estruturação do Fluxo de Dados entre as instituições e Secretarias



1.2.3 Formulação do Plano (E3)

- Apresentação de uma proposta de Plano Municipal, composto por estratégias de aplicação da lei e prevenção à violência, destacando os objetivos, responsáveis, metas e evidências de cada projeto, incluindo ações já realizadas na cidade e recomendação para a adoção de novas ações;
- Formação e qualificação dos gestores e funcionários na temática Segurança Pública Baseada em Evidências
- Elaboração de Protocolos e Planejamento da Guarda Municipal orientados para a implantação do Plano Municipal
- Realização do processo de pactuação com os diferentes atores públicos e privados envolvidos na temática no município
- Elaboração de um Texto Base apresentando o Plano Municipal

1.2.4 Lançamento do Plano Municipal (E4)

- Apoio a Prefeitura para a realização de um evento presencial e/ou online reunindo as principais lideranças públicas e privadas da cidade, para realizar o lançamento do Pacto
- Apoio a Prefeitura para definição da estratégia de divulgação do Pacto em meio digital e nos veículos de comunicação

1.2.5 Gestão e monitoramento do Plano (E5)

- Apoio para o fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) para realizar o monitoramento dos indicadores de criminalidade e a gestão das estratégias de aplicação da lei;
- Apoio para a criação do Comitê Integrado de Prevenção (CIP), a ser composto por organizações e órgãos de proteção social com atuação na cidade, para realizar o monitoramento dos indicadores e a gestão das estratégias de prevenção à violência;
- Apoio para a criação do Comitê Social do Pacto, a ser composto por lideranças sociais e empresariais do município, para realizar o monitoramento social do Pacto.
- Acompanhamento mensal da implementação dos programas do Pacto.

- Apoio à equipe para a produção mensal do Relatório de Análise dos Indicadores de Violência e Criminalidade
- Assessoria para elaboração de projetos e captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, com o objetivo de implementar ações de Segurança Pública no município

3. Cronograma de execução

Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
E1 - Diagnóstico																								
E2 - Pesquisa de Vitimização(E2)																								
E3 - Elaboração do Pacto (E3)																								
E4 - Lançamento do Plano Municipal																								
E5 - Gestão e monitoramento do Plano																								
P1 – AME																								
Formação Inicial																								
Primeiro Ciclo de aplicação																								
Formação dos supervisores locais																								
P2 – CONTE COMIGO																								
Formação Inicial																								
Primeiro Ciclo de aplicação																								
Formação dos supervisores locais																								
P3 – SEJA																								



* O Cronograma de execução será ajustado ao longo do primeiro mês de trabalho em conjunto com as equipes da Prefeitura que coordenarão cada um dos programas, de acordo com informações como o calendário escolar.

5. Das obrigações

5.1 Da contratada

- Encaminhar relatórios mensais das atividades realizadas, apresentando o andamento de cada uma das atividades previstas nesse contrato
 - Desenvolver e implementar o objeto desta proposta através de seu quadro técnico e funcional, dando retorno prontamente às solicitações feitas pela Contratante, em relação ao objeto desse contrato;



- Dedicar-se ao projeto até sua efetiva conclusão dentro dos padrões de qualidade e excelência;
- Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias decorrentes da execução do projeto, no que couber;
- Responsabilizar-se pelo pagamento das despesas de logística da execução da consultoria (deslocamento, alimentação e hospedagem quando for o caso).
- Manter sigilo de todas as informações a que tiver acesso ao longo de todo o processo de consultoria
- Realizar contatos com qualquer veículo de imprensa sobre o projeto apenas quando solicitado ou autorizado pela contratante

5.2 Da contratante

- Designar um responsável pelo projeto, que fará a intermediação com a contratada;
- Proporcionar o acesso da Contratada às informações necessárias para a execução dos serviços;
- Disponibilizar pessoal capacitado para o acompanhamento de todas as etapas da execução dos serviços;
- Informar anualmente enquanto estiver aplicando os programas, por meio de formulário próprio a ser indicado pela Contratada, o número de pessoas aplicando os programas como facilitadores e o número de pessoas que recebeu cada um dos programas.
- No caso dos programas AME e SAGAZ, a Contratante se compromete a aplicar junto aos participantes os formulários de avaliação de impacto pertinentes a cada metodologia.
- Realizar reuniões regulares, conforme cronograma estabelecido, entre o responsável do projeto e a Consultoria para o planejamento, a organização, e a avaliação dos trabalhos que serão desenvolvidos;
- Realizar o agendamento das reuniões necessárias para o desenvolvimento do projeto, com as equipes internas da Prefeitura ou de outros órgãos internos relacionados com o tema;
- Emitir certificado de capacidade técnica do serviço prestado.

7. Investimentos

A presente proposta com duração total de 24 meses, tem o Valor Total: R\$ 1.987.595,00, assim distribuídos.

Elaboração e apoio para implantação do Plano Municipal de Segurança (24 meses de duração)*
***Com custos de logística incluídos**

R\$ 144.000,00

Realização de uma Pesquisa Municipal de Victimização com amostra estatisticamente significativa do conjunto da população realizada através de 1.000 entrevistas domiciliares

R\$ 77.000,00

Programa	Público beneficiado diretamente no 1º Ciclo	Valor por pessoa beneficiada diretamente	
Programa AME	20 aplicadores e materiais para formar 350 mães, pais ou cuidadores	Valor para aplicação do 1º ciclo	R\$ 60.000,00
Programa CONTE COMIGO	98 professoras do educação infantil e 400 famílias	R\$ 75 por aluno	R\$ 264.900,00
Programa SEJA	Todos professores da rede de ensino fundamental e 14.257* alunos do ensino fundamental	R\$ 88,60 por aluno	R\$ 1.263.695,00
PROGRAMA CADA JOVEM CONTA	1 núcleo territorial integrado em pelo menos 5 territórios da cidade		R\$ 144.000,00
Programa SAGAZ	50 alunos de escola e mais 30 adolescentes cumprindo medida em meio aberto	R\$ 450 por jovem	R\$ 36.000,00
Valor Total			1.768.595,00

*Fonte: QEDU

8. Cronograma de desembolso

8.1 Os pagamentos referentes a **construção e implantação do Plano Municipal de Segurança Pública** deverão ser feitos de forma mensal, no total de 24 vezes de R\$ 6.000.

8.2 O pagamento referente a realização da **Pesquisa de Vitimização** deverão ser feitas da seguinte forma:


Assinatura do contrato: R\$ 37.500, previsto em outubro de 2022
Entrega da Pesquisa: R\$ 37.500, previsto em dezembro de 2022

8.3 Os pagamentos das metodologias de prevenção devem ser realizados da seguinte forma:

- Programa AME:

- 100% ao final da formação dos facilitadores e entrega dos materiais impressos: R\$ 60.000 em maio de 2023

- Programa Conte Comigo:

- 60% no momento da entrega dos materiais e das licenças: R\$ 158.940, em dezembro de 2022
- 30% no final da formação das equipes: R\$ 79.470, em março de 2023
- 5% ao final das supervisões do 1º ciclo: R\$ 13.245, em novembro de 2023
- 5% ao final do apoio para os supervisores do município: R\$ 13.245, em junho de 2024

- Programa SEJA:

- 60% no momento da entrega dos materiais e das licenças: R\$ 758.217, em dezembro de 2021
- 30% ao final da formação das equipes: R\$ 379.108,50 em março de 2023
- 5% ao final das supervisões do 1º ciclo: R\$ 63.184,75, em novembro de 2023
- 5% ao final do apoio para os supervisores do município: R\$ 63.184,75, em outubro de 2024

- Programa Cada Jovem Conta

- 60% ao final da formação e entrega do Manual: R\$ 86.400 em março de 2023
- 40% ao final da supervisão do 1º ano: R\$ 57.600 em novembro de 2023

- Programa Sagaz:

- 60 % ao final da formação e entrega dos materiais: R\$ 21.600 em junho de 2023
- 40% ao final da supervisão do 1º ciclo: R\$ 14.400 em novembro de 2023.

8.4 Cronograma Geral de desembolso

Os pagamentos devem ser feitos conforme o seguinte cronograma

2022

Outubro	Novembro	Dezembro
R\$ 37.500 (Pesquisa de Victimização)		R\$ 37.500 (Pesquisa de Victimização)

		R\$ 158.940 (Conte Comigo) R\$ 758.217 (SEJA) Total: 954.657
--	--	--



2023

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
		R\$ 79.470 (Conte Comigo) R\$379.108,5 (SEJA) R\$ 86.800 (Cada Jovem Conta) Total: 545.378,50		R\$ 60.000 (AME)	RS 21.600 (SAGAZ)

Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
				R\$ 13.245 (Conte Comigo) R\$ 63.184,75 (SEJA) R\$ 57.600 (Cada Jovem Conta) R\$ 14.400 (Sagaz) Total: RS 148.029,75	

2024

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
					RS 13.245 (Conte Comigo)
Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
			63.184,75 (SEJA)		

8.5 Observações gerais

- As parcelas serão pagas mediante apresentação de relatório mensal das atividades realizadas

e o cumprimento das ações constantes do Plano de Trabalho.

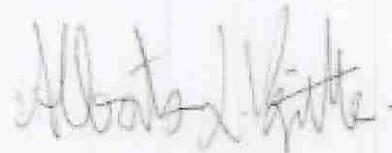
- Em caso de pagamento com atraso haverá incidência de atualização monetária com base no IGP-M da FGV e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambas as rubricas desde a data de vencimento da parcela até seu efetivo pagamento, e multa de 5% (cinco por cento) sobre o montante devido.
- Não havendo pagamento de qualquer das parcelas previstas na presente cláusula, a CONTRATADA poderá suspender os serviços até que os pagamentos sejam realizados com os respectivos encargos moratórios, readequando-se o cronograma da consultoria.
- Os pagamentos serão efetuados através de depósito na conta da Cidade Segura, no Banco Unicred (Banco 136), Agência 2710, Conta Corrente 65808-1.

9. Da validade

Esta proposta tem validade de 45 dias.

Porto Alegre, 19 de setembro de 2021.

Atenciosamente,



Alberto L.W. Kopittke

Diretor Cidade Segura



PROPOSTA COMERCIAL PARA IMPLANTAÇÃO

**METODOLOGIAS EDUCACIONAIS
DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA E
PLANO MUNICIPAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Setembro de 2022.

TERMO DE REFERÊNCIA



METODOLOGIAS EDUCACIONAIS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA E PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Embasamento técnico e detalhamento



Sumário

1 - A Cidade Segura

1.1 Serviços Oferecidos

4

2 - PROGRAMAS DE PREVENÇÃO A VIOLENCIA BASEADOS EM EVIDÊNCIAS

2.1 PROGRAMA AME DE PARENTALIDADE POSITIVA PARA PRIMEIRA INFÂNCIA

5

2.2 PROGRAMA CONTE COMIGO DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA EM ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL

7

2.3 PROGRAMA SEJA de educação socioemocional

10

2.4 Programa CADA JOVEM CONTA de detecção precoce de comportamento de risco

16

2.5 Programa SAGAZ

16

2.6 Sistema de Registro de Violência Escolar (SISPREE)

17

3. ADEQUAÇÃO A NOVA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

18

4. EMBASAMENTO TEÓRICO E DE EVIDÊNCIAS

5.1 NOVA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

20

5.2 NOVA CONCEPÇÃO DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA

22

5.2.1 PROGRAMAS DE TREINAMENTO PARENTAL

28

5.2.2 Programas de Educação Socioemocional no Ensino Infantil e Ensino Fundamental

30

5.2.3 TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL

33

5.3 Características gerais dos programas de prevenção que funcionam

34

5 - Os Planos Integrados de Segurança Pública

37

6.2 Metodologia de Formulação e Implantação dos Planos Integrados de Segurança Pública

38

6.1.1 Diagnóstico

39

6.1.2 Engajamento Social e Institucional

39

6.1.3 Formulação

40

6.1.4 Lançamento do Plano Municipal

41

6.1.5 Gestão e Monitoramento do Plano

41

6.3 Estrutura dos Planos

44

6. Pesquisas de Vitimização

47

7. Processo de Transferências da Tecnologia da Tecnologia para o Município

49

8. Equipe

51

9. Fatores Críticos de Sucesso

56

1 - A CIDADE SEGURA

A empresa Cidade Segura Consultoria em Segurança Pública e Prevenção à Violência foi criada em 2017, com o objetivo de auxiliar governos das diferentes esferas a estruturarem planos para reduzirem a violência e aplicarem metodologias de prevenção à violência, utilizando as melhores evidências científicas na área.

A empresa possui, em seu quadro de consultores, profissionais de diversas áreas do conhecimento, como direito, psicologia, ciências sociais, geografia, arquitetura, profissionais da Segurança, com grande experiência em gestão de Segurança Pública.

A empresa tem como objetivo central difundir uma nova concepção de Segurança Pública Baseada em Evidências no Brasil, por meio de:

Formulação de Políticas Públicas inovadoras de prevenção à violência

Desenvolvimento de metodologias de prevenção à violência

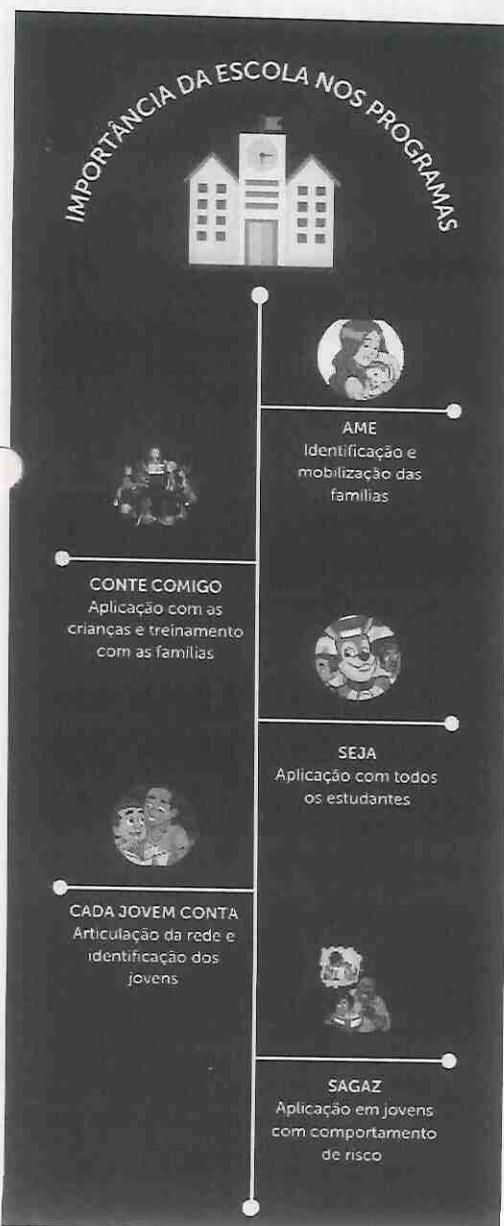
Produção e disseminação de conhecimento de alta qualidade metodológica sobre o que funciona e o que não funciona para reduzir a violência

1.1 SERVIÇOS OFERECIDOS

- ✓ Implementação de programas de prevenção à violência baseados em evidências para famílias, escolas e comunidades;
- ✓ Fortalecimento e qualificação das políticas municipais de prevenção à violência, orientado por dados e resultados, com ênfase em estratégias para a educação;
- ✓ Elaboração de pesquisas de vitimização;
- ✓ Implementação de estratégias de policiamento e aplicação da lei de forma integrada com polícias, fiscalizações, ministério público e poder judiciário;

- ✓ Apoio na implementação de programas de reinserção social inovadores, junto aos órgãos responsáveis.
- ✓ Formulação de planos municipais de segurança pública a partir das estratégias educacionais estabelecidas no decorrer do processo

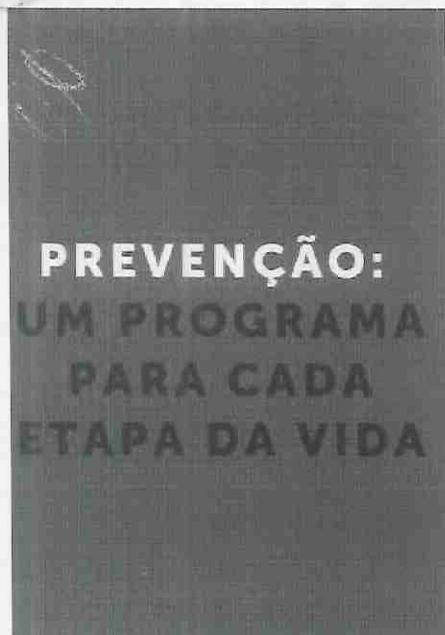
2 - PROGRAMAS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA BASEADOS EM EVIDÊNCIAS



Ao trabalhar com tantas cidades e estados do país, a equipe da Cidade Segura percebeu a ausência de metodologias de prevenção a violência devidamente estruturadas e baseadas em evidências, que fossem de fácil aplicação e baixo custo, voltadas a se tornarem políticas públicas permanentes.

Para isso demos início a um longo e detalhado processo de construção de metodologias próprias de prevenção, o que envolveu profunda pesquisa na literatura de evidências sobre o que funciona e o que não funciona na área e uma série de visitas a projetos de prevenção, em especial nas cidades de Chicago, Nova York, Bogotá e Medellín.

O resultado foi a formulação de um Sistema de Prevenção à Violência composto por 5 Programas de Prevenção a Violência inéditos no Brasil que têm as escolas como eixo central de articulação e aplicação e buscam cobrir os jovens e suas famílias desde o nascimento até pelo menos os seus 17 anos.




AME
Parentalidade positiva para cuidadores de crianças de 0 a 2 anos.

CONTE COMIGO
Estímulo cognitivo, socioemocional e fortalecimento de vínculos familiares no Ensino Infantil para crianças de 3 a 6 anos.

SEJA
Educação socioemocional do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental.

CADA JOVEM CONTA
Formação de Rede Integrada para identificar e atuar precocemente em casos de comportamento de risco.

SAGAZ
Técnica Cognitivo Comportamental para jovens e adolescentes com fatores de risco.

Objetivo dos programas de prevenção:

- Nível familiar: Melhoria do perfil parental e fortalecimento dos vínculos familiares reduzindo assim o nível de conflito, violência e negligência contra as crianças e aumentando os fatores protetivos dentro da família.
- Nível individual: fortalecer as habilidades socioemocionais, em especial a autorregulação emocional, reduzindo assim comportamentos de risco, como uso de drogas e o comportamento violento.
- Nível escolar: melhorar o ambiente escolar e reduzir a evasão e o abandono escolar.
- Nível comunitário: difusão de uma cultura de paz e coesão social.

As escolas são o hub central do Sistema de Prevenção, em razão do seu papel central na vida das crianças, sua capacidade institucional e sua referência comunitária.

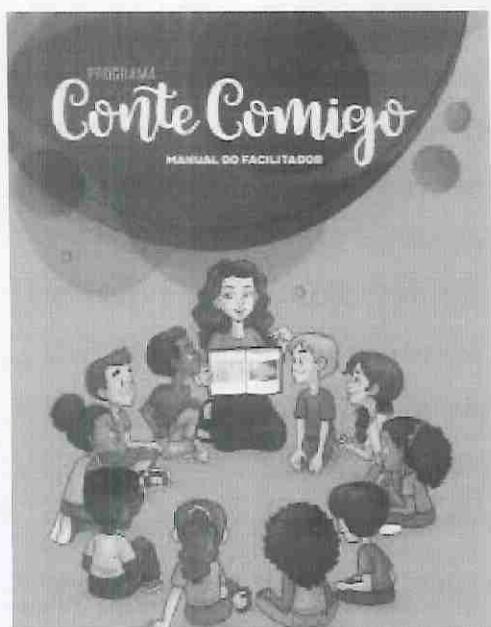
2.1 PROGRAMA AME DE PARENTALIDADE POSITIVA PARA PRIMEIRA INFÂNCIA



Programa de prevenção primária voltado para o fortalecimento dos vínculos parentais. A metodologia é implementada pela rede municipal de saúde e/ou de assistência social. Os servidores são treinados pela equipe da Cidade Segura em uma formação inicial e são acompanhados durante todo o primeiro ciclo de implementação em sessões de supervisão online. Para a implementação são fornecidos materiais didáticos tanto para os servidores e servidoras quanto para os participantes (mãe, pai ou outro cuidador/a).

Desenvolvida pela psicóloga brasileira Júlia Silva, diretora de prevenção à violência na Associação Americana de Psicologia, a metodologia ACT Criando Crianças Seguras trabalha práticas parentais vivenciais para compreenderem novas formas possíveis de diálogo e relacionamento com as crianças. O AME foi desenvolvido tendo como inspiração a metodologia ACT, Criando Crianças Seguras. O conteúdo é passado sobretudo de forma vivencial e inclui o manejo das emoções (próprias e da criança), ferramentas para lidar com comportamentos desafiadores, fases do desenvolvimento, disciplina sem violência, comportamento positivo, afeto e supervisão parental.

2.2 PROGRAMA CONTE COMIGO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA EM ESCOLAS DE ENSINO INFANTIL



O compartilhamento de livros consiste em uma prática entre pais e filhos, cujas características centrais são conscientizar os pais sobre os interesses das crianças e engajá-los em trocas recíprocas com seus filhos. Não se trata de ler livros, porque os livros são compostos majoritariamente de figuras. Está comprovado que ver livros de figuras aumenta a criatividade da criança e são ideais para a idade pré-escolar, antes da alfabetização.

Na versão familiar, servidores aplicam o programa junto aos cuidadores. Cada sessão consiste na apresentação de conteúdo em slides pelo facilitador, além de serem mostrados pequenos exemplos com filmagens de um cuidador compartilhando um

livro com seu filho, a fim de ilustrar o que está sendo ensinado. As apresentações normalmente duram cerca de uma hora, e são seguidas por um momento em que as mães ou cuidadores praticam o que aprenderam em uma sessão individual com seus filhos, com duração de 5 a 10 minutos.

Cada sessão está associada a um livro específico que o cuidador e a criança levam para casa, com a instrução de que eles devem tentar manter um horário regular todos os dias para compartilhar o livro. Estudos internacionais sugerem que esta prática apresenta efeitos positivos de médio e longo prazo nos resultados cognitivos das crianças, incluindo o desenvolvimento da linguagem e da atenção, contribuindo para a preparação para o ingresso na escola, assim como para seu desenvolvimento socioemocional, o que é fundamental para sua adesão ao ambiente escolar.



A metodologia de práticas parentais aborda os seguintes conteúdos:

- a) nomear objetos e enriquecer a linguagem;
- b) fazer relações com o aqui e agora, com as experiências da criança e com seus valores;
- c) contar e comparar, uso de palavras comparativas como mais e menos, maior e menor, antes e depois;
- d) falar sobre sentimentos, nomear emoções, relacionar emoções com as experiências cotidianas da criança;
- e) identificar intenções nos diferentes comportamentos das pessoas;
- f) identificar as diferentes perspectivas que as pessoas têm sobre o mesmo assunto ou situação;
- g) valorização de relacionamentos; a importância de dedicar atenção aos relacionamentos com as pessoas mais próximas e como as relações que temos impactam nas perspectivas e intenções das pessoas.

2.3 PROGRAMA SEJA DE EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL



Para apoiar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais o ICS desenvolveu o Programa SEJA, voltado para os alunos do 1º ao 9º ano do ensino infantil, devidamente adequado a Base Nacional Comum Curricular.

Eixos do Programa

- Educação Socioemocional
- Atenção Plena (Mindfulness)
- Diálogo Colaborativo
 - Fala assertiva e empática
 - Escuta atenta e sem julgamentos
 - Ser espontâneo e conciso
 - Criar um espaço seguro
- Justiça Restaurativa

Habilidades que serão aprimoradas pelo Programa

- Autoconhecimento: reconhecimento das emoções, limites, valores e características pessoais.
- Auto Gerenciamento: aprender a lidar com as emoções, administrando-as e mantendo o **equilíbrio**.



- c) Consciência Social: desenvolver a empatia e a compaixão.
- d) Habilidades Sociais: aprender a se relacionar bem.
- e) Responsabilidade: assumir com consciência nossos atos e suas consequências.

A estrutura básica dos encontros:

- a) Exercício de atenção plena para iniciar a aula
- b) Apresentação do tema e aplicação das dinâmicas
- c) Reflexão sobre o tema e troca de experiências
- d) Desafio da semana relacionado com as dinâmicas trabalhadas (tema de casa)
- e) Prática de atenção plena de encerramento

Formação

- Formação Inicial: A formação inicial será realizada na primeira semana do ano letivo de 2023, em duas etapas:
 - Sensibilização Inicial geral: durante dois dias, onde serão apresentados os conceitos gerais da educação socioemocional e do programa;
 - Aprofundamento: durante dois dias, onde as equipes das escolas do município serão separadas por ano e um formador fará o detalhamento da estrutura do programa daquele ano e os objetivos principais das sessões do primeiro semestre
- Formação de Reforço: durante dois dias, onde as equipes das escolas do município serão separadas por ano e um formador fará o detalhamento da estrutura do programa e os objetivos principais das sessões do segundo semestre
- Portal online e vídeo das sessões: A empresa disponibilizará um vídeo de apresentação de cada sessão, destacando os objetivos principais da sessão e explicando as vivências da sessão. O vídeo de todas as aulas está disponível num Portal online e também será enviado por whatsapp para todas as professoras na sexta-feira de cada semana.

Supervisão (Formação continuada)

- A supervisões serve como um espaço de educação continuada.
- O compartilhamento de experiências durante as reuniões constitui-se como um dos processos mais importantes na compreensão dos princípios e técnicas aplicados
- As supervisões e reuniões seguem os mesmos princípios do programa a fim reforçar o aprendizado dos educadores, fortalecendo modelos de diálogo empático, eficaz e não-violento.
- Supervisão online semanal: Ao longo do primeiro ano do Programa, a Cidade Segura disponibilizará um horário de duas horas semanalmente, para cada um dos anos do ensino fundamental, para supervisão coletiva através da internet, em agenda a ser constituída com a Secretaria de Educação. Ao longo dessas duas horas, os Professores poderão avaliar conjuntamente a lição anterior e preparar a aplicação da próxima semana.
- Canal para tirar dúvidas (Whatsapp e email): Ao longo do primeiro ano do Programa, a Cidade Segura disponibilizará um canal pelo whatsapp e por e-mail para que professores possam encaminhar dúvidas 24h por dia. As respostas serão analisadas pela equipe técnica e respondidas de forma individualizada em até 48h.

Materiais

- 9 Manuais do Professor (1º ao 9º ano) – o manual do professor conterá sempre os conceitos básicos da Educação Socioemocional e apresentará o conteúdo e as atividades a serem desenvolvidas em cada uma das sessões do ano.
- 9 Caderno de atividades do aluno (3º ao 9º ano) – O Caderno do aluno conterá todas as atividades que precisem de material de apoio a serem desenvolvidas em sala de aula e também como tema de casa.

- 18 Cartazes para sala de aula (2 cartazes para cada ano do 3º ao 9º ano) – Para cada ano serão desenvolvidos pelo menos três cartazes a serem colocados nas salas de aula, com os principais elementos que serão desenvolvidos ao longo daquele ano.
- 9 Cartazes para casa (1 cartaz para cada ano do 3º ao 9º ano) – Serão desenvolvidos cartazes que deverão ser dados para cada um dos alunos, com valores e regras de convivência que os alunos aprenderão ao longo do curso.

PROCESSO DE CUSTOMIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ORIENTAÇÕES DIDÁTICO PEDAGÓGICAS LOCAIS:

Uma inovação do Programa SEJA é que a sua versão final, que será de propriedade do município, é construída de forma colaborativa com a Secretaria Municipal de Educação e sua coordenação pedagógica, para que o programa absorva referenciais pedagógicos locais, temas relevantes e ainda a identidade visual da cidade.

Esse processo de adaptação ocorre através de duas etapas, conforme será apresentado a seguir:

Primeira Etapa de Adaptação

Para isso, é entregue inicialmente para o município a versão Alfa do Programa, da qual constam as 180 sessões que compõem o programa ao longo dos seus nove anos de implementação. Ao longo de diversas reuniões entre a equipe da Cidade Segura e a equipe da Secretaria, é realizada uma adaptação do material, com base nos três aspectos a seguir:

- Adaptação didático-pedagógica: nesse processo é analisado se a didática utilizada pelo programa e os marcos pedagógicos estão alinhados aos referenciais normativos locais.

Nessa etapa podem ser feitos ajustes em aulas específicas ou então serem ajustados determinados aspectos do conjunto das aulas.

- Adaptação do conteúdo do quarto-eixo: o quarto eixo do Programa, que ocupa as quatro últimas aulas do sexto ao nono ano pode ser totalmente adaptado para a preferência temática da cidade, desde que esteja relacionado com aspectos associados a educação socioemocional, como por exemplo: violência contra a mulher, racismo e empreendedorismo. Para realizar essa adaptação, conforme a escolha do tema feita pelo município, a empresa mobiliza novos consultores especializados no tema e realiza uma pesquisa sobre as evidências existentes na área e formula uma estrutura para as 16 aulas que serão adaptadas. Após a aprovação da cidade, as aulas são desenhadas e diagramadas e inseridas no material padrão do Curso. Além disso a empresa grava vídeos e áudios apresentando as sessões, suas metodologias e os seus objetivos.
- Customização visual: a customização visual incorpora pontos de referência da cidade como ambiente das sessões nas quais os personagens estão realizando atividades nas ruas e também insere os uniformes escolares utilizados na cidade nas capas e nas aulas dos materiais onde os personagens estão dentro da escola. O exemplo abaixo apresenta uma capa adaptada para a cidade de Niterói, onde foi inserido o Museu de Arte Contemporânea, obra projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer e que é um dos cartões postais da cidade.



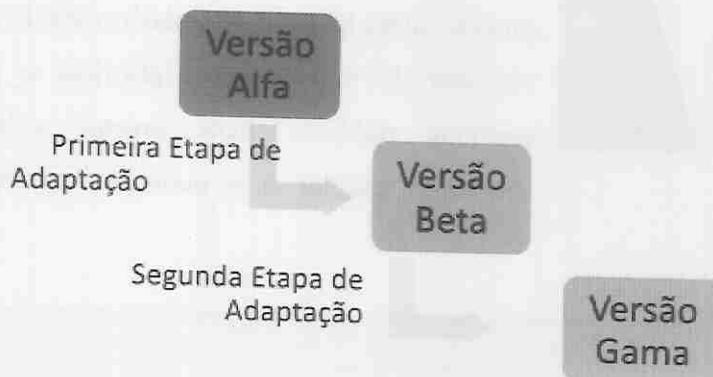
Após esse processo de adaptação feito em parceria com o município, é desenvolvida a versão Beta do Programa, que terá todos os materiais impressos pela Cidade Segura para que a cidade possa distribuir para todos os alunos da rede e realizar o primeiro ano de aplicação.

Segunda Etapa de Adaptação

Ao longo das supervisões semanais que serão realizadas ao longo de todo o primeiro ano de aplicação e das reuniões mensais com a coordenação pedagógica da Secretaria de Educação, serão recolhidas sugestões e críticas feitas pelos professores que estarão aplicando o programa. Essas propostas serão compiladas e será feito um segundo processo de adaptação do Programa, em conjunto com a coordenação pedagógica, com o objetivo de absorver as principais observações feitas na implementação prática do Programa.

Esse processo resultará na terceira versão do Programa, a versão Gama, que será impressa e entregue no início do segundo ano de implementação para todos os alunos. Essa será a versão definitiva do Programa da qual o município receberá todos os arquivos e direitos autorais para plena utilização em sua rede, sem qualquer tipo de restrição.

PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DO PROGRAMA PARA A REALIDADE LOCAL



2.4 PROGRAMA CADA JOVEM CONTA DE DETECÇÃO PRECOCE DE COMPORTAMENTO DE RISCO

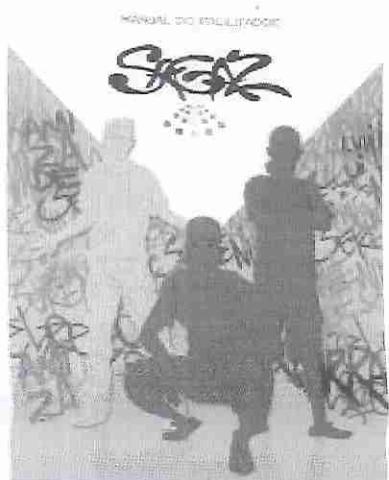
CADA JOVEM CONTA

MANUAL DE TRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS
E SOCIEDADE CIVIL

violência.

O programa Cada Jovem Conta busca identificar de forma precoce o comportamento de risco, a partir de um sistema de monitoramento e da percepção dos professores e equipe de educadores, com a participação das equipes de saúde da família e de assistência social que atuam no território, são selecionados alguns jovens em situação de vulnerabilidade. Cada jovem selecionado passa a ter um acompanhamento por um grupo formado por educadores, assistentes sociais, conselheiro tutelar, assistentes de saúde, guarda municipal e até Ministério Público, com o objetivo de intensificar e priorizar o acesso a serviços públicos para jovens, evitando o abandono escolar e a evolução de risco para violência.

2.5 PROGRAMA SAGAZ



O PROGRAMA SAGAZ é um programa de formação cidadã e acompanhamento de grupo, voltado para a prevenção da violência letal entre meninos. Criado para ser desenvolvido no ambiente da escola, em complementação ao currículo pedagógico letivo, seu público são adolescentes entre 12 e 17 anos. Por seus efeitos esperados de redução da vulnerabilidade criminal, pode ser estendido para jovens de até 21 anos em conflito com a lei, seja em



cumprimento de Medida Sócio-Educativa de Internação, Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

A principal estratégia do Programa SAGAZ é a constituição de um grupo de pertença positivo aos adolescentes, coordenado por um mentor, com o objetivo de reconhecer e organizar habilidades cognitivas relacionadas a sigla SAGAZ, quais sejam, Serenidade, Auto-controle, Garra, Amizade, Zelo.

Sua estrutura metodológica baseia-se em três pilares:

1. INDIVÍDUO - Desenvolvimento da auto-regulação emocional e autogestão de habilidades, por meio de técnicas cognitivocomportamentais, artístico-culturais e de mentoria;
2. GRUPO - Criação de um grupo de pertença positivo, que exerce uma contra-influência às interferências de grupos vulnerabilizantes;
3. COMUNIDADE - A formação de protagonistas sociais empáticos, atuando no combate á violência e na criação de oportunidades para si e suas comunidades;

O programa foi construído com base em evidências de sucesso e impacto positivo de outros programas voltados para jovens no Brasil e no mundo, como o Becoming a Man (BAM) originário de Chicago nos Estados Unidos e hoje transformado em política pública federal naquele país.

2.6 SISTEMA DE REGISTRO DE VIOLENCIA ESCOLAR (SISPREE)



Formulário de Registro de Violência Escolar - ESCOLA DA PAZ. V6

Página 01/07

alexbrandao.caioas@gmail.com | Alterar conta

*Obrigatório

E-mail *

alexbrandao.caioas@gmail.com

Para auxiliar no monitoramento do impacto da aplicação dos Programas dentro das escolas e tambem aprimorar o trabalho da rede escolar, a Cidade Segura desenvolveu um Sistema Online voltado para o registro de situações de violência dentro das escolas.

O SisPreve é um registro situacional de cada episódio, não sendo nenhuma espécie de boletim administrativo com o nome das crianças e adolescentes envolvidos. Em cada situação são

registrados que tipo de violência ocorreu, a sua motivação, o momento, o local, a série dos envolvidos, entre outros.

Ao final de cada mês o sistema permite a extração de um relatório detalhando o conjunto das violências em toda a rede escolar, permitindo assim um acompanhamento em tempo real da situação e o desenvolvimento de novas atividades por parte da rede municipal, de maneira mais focada. Os resultados também podem orientar a adaptação do Programa SEJA, trazendo novos temas que estejam ocasionando as violências.

3. ADEQUAÇÃO A NOVA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Os Programas de Prevenção foram formulados para atender auxiliar os municípios a atenderem as exigências trazidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC - Lei Federal n. 13.415/2017 e RESOLUÇÃO Nº 2 do Conselho Nacional de Educação de 22 de dezembro de 2017), a qual afirma seu compromisso com a educação integral e com o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Tal compromisso tem como premissa a formação e o desenvolvimento humano global e rompe com a divisão ultrapassada entre aprendizado cognitivo, de um lado, e emocional ou afetivo, de outro. Ao contrário, pautado pela ciência e neurociência, as dimensões intelectual e socioemocional são e devem ser complementares no percurso educativo, uma vez que são interdependentes e indivisíveis.

A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Básico inovou ao incluir as competências socioemocionais como uma das habilidades fundamentais do processo formativo da Educação Básica Brasileira:

Art. 3º No âmbito da BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e

socioemocionais (grifo nosso), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Todas as escolas do Brasil, públicas e privadas, deverão estar preparadas para as exigências da BNCC até o início de 2020, exigindo uma abordagem inovadora para que as escolas desenvolvam as novas competências, fundamentais se desenvolver de forma completa e saudável, para conviver e trabalhar no mundo de hoje e para prevenir comportamentos de risco.

Além de ensinarem disciplinas como português, matemática e ciências, as escolas terão de preparar seus alunos para desenvolverem habilidades como empatia, liderança, raciocínio lógico, trabalho em equipe, controle das emoções. Quando a BNCC entrar em vigor, 60% do conteúdo ensinado na escola deverá seguir a Base.

As habilidades socioemocionais estão presentes no texto das 10 competências básicas propostas pela BNCC, especialmente nos cinco últimos itens. Por isso incluir o aprendizado dessas habilidades como disciplina obrigatória é fundamental para a adequação das escolas.

As 10 competências gerais da BNCC

- 1- Valorização e utilização de conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo Físico, social e cultural.

2- Exercício da curiosidade intelectual e uso de abordagem própria das ciências para investigar e elaborar hipóteses.

3- Desenvolvimento de senso estético para reconhecer e valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais.

4- Utilização de conhecimento das linguagens verbal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital.

5- Utilização de tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.

6- Compreensão das relações do mundo do trabalho e tomada de decisões alinhadas ao projeto de vida pessoal, profissional e social.

7- Argumentação com base em fatos, dados e informações confiáveis para formular, negociar e defender ideias e pontos de vista.

8- Autoconhecimento e reconhecimento de suas emoções e das outras com capacidade de lidar com elas e com a pressão do grupo.

9- Exercício da empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, fazendo-se respeitar e promover respeito ao outro.

10- Ação pessoal e coletiva com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.

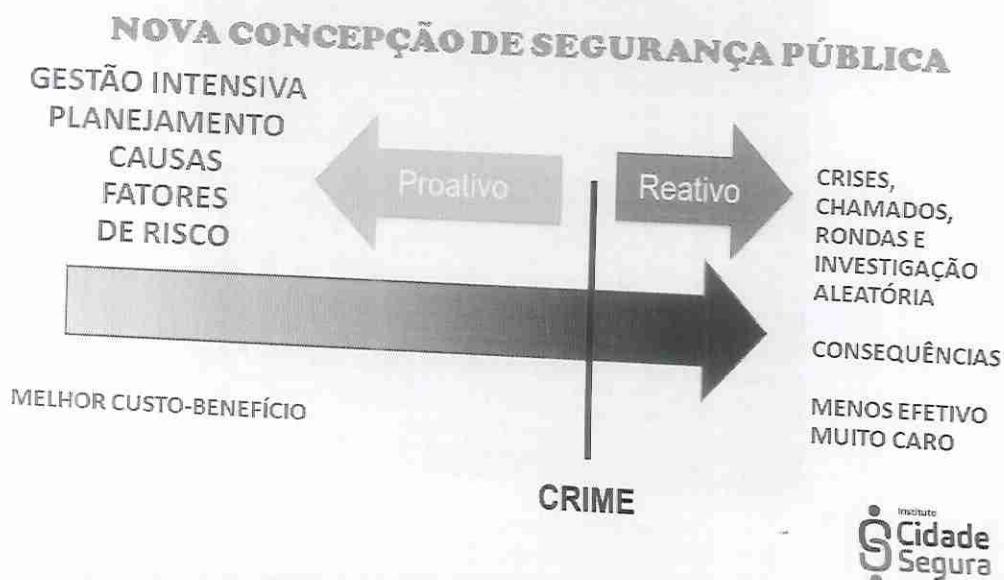
Foco em habilidades socioemocionais

Assim como o processo de aprendizagem de conteúdo cognitivo tradicional, a implementação do ensino socioemocional deverá englobar a adequação do currículo, a formação dos professores, a revisão das matrizes de avaliação e a adequação do material didático.

4. EMBASAMENTO TEÓRICO E DE EVIDÊNCIAS

4.1 NOVA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Estado brasileiro, aqui incluindo as suas três esferas, atua sobre o fenômeno da violência a partir do chamado paradigma tradicional, sobre Segurança Pública, o qual costuma resumir a ação do poder público em atividade das polícias, como se elas sozinhas pudessem atuar para prevenir a grave epidemia que acomete o país. Esse modelo também se resume a uma atuação reativa, em que as forças públicas atuam apenas após a ocorrência do crime, seja pelo acionamento do policiamento ostensivo, do processo investigativo ou do procedimento judicial. Isso tudo sem integração entre os mais diferentes órgãos, sem transparência e qualidade nos indicadores e sem nenhum plano de curto e médio prazo, por meio do qual sejam definidas prioridades comuns e traçadas estratégias.



Ademais, essa concepção tradicional utiliza muito pouco conhecimento científico para tomar as decisões sobre como, onde e de que forma empregar os escassos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Neste modelo, se realiza os processos de tomada de decisão com base em crenças e experiências pessoais, na maioria das vezes não avaliada de forma adequada para saber se efetivamente funciona ou não.

No entanto, nas últimas décadas, uma nova concepção de Segurança Pública tem sido construída em diversos países do mundo, na qual o problema da violência passou a ser tratado com políticas públicas multidisciplinares integradas, planejadas e proativas. Essa nova concepção é conhecida como Segurança Pública Baseada em Evidências e aproxima o conhecimento científico da prática das ruas.

NOVA CONCEPÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONCEPÇÃO TRADICIONAL

- REATIVA
- GENÉRICA
- AÇÕES SEM INTEGRAÇÃO
- APENAS POLÍCIA
- BASE EM CRENÇAS

NOVA CONCEPÇÃO

- PROATIVA
- FOCADO
- AÇÕES INTEGRADAS
- MULTIDISCIPLINAR
- EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS

Na concepção tradicional, o mais comum é que os municípios afirmem que não possuem responsabilidade alguma sobre o problema da violência, uma vez que ele se resume a atuação das polícias e do sistema de justiça. Nessa nova concepção, os municípios passam a ter um papel central na construção de políticas da segurança em seu território, por meio da construção de uma agenda proativa compartilhada com todas as instituições públicas, as Secretarias Municipais e o conjunto da sociedade.

Apesar da gravidade do problema, o país ainda apresenta escassez de iniciativas inovadoras para tentar superar a violência. Em geral, convivemos com discursos que repetem a mesma forma de ação, sem produzir resultados positivos. Mesmo que as poucas experiências inovadoras tenham bons resultados, a concepção tradicional logo prevalece e as experiências exitosas não conseguem se manter.

Apesar do cenário geral negativo, algumas experiências efetivadas por estados e municípios, tiveram sucesso em reduzir os indicadores de violência. Experiências como do Estado de São Paulo (redução de 80% nos índices de homicídios entre 2001 e 2016), Rio de Janeiro (redução de mais de 40% nos índices de homicídios entre 2007 e 2014), Pernambuco (35% de redução de homicídios entre 2007 e 2014) e de algumas cidades como Diadema/SP (redução de 85% dos homicídios entre 2001 e 2016) e Canoas/RS (redução de 18% entre 2009 e 2016), nos mostram que é possível seguir um caminho diferente.

Essas experiências de gestão pública tiveram diversos elementos comuns, que nos mostram caminhos importantes a seguir, tais como: 1) a liderança política assumir o tema da segurança como sua prioridade; 2) a elaboração de Planos pactuados e a soma de esforços entre diversos atores sociais e governamentais; 3) a qualidade dos indicadores de violência gerroferenciados e em tempo real; 4) o estabelecimento de áreas geográficas e de metas comuns entre PC e PM; 5) o pagamento de premiação; 6) repressão qualificada contra autores de homicídios; 7) aumento da apreensão de armas de fogo ilegais.

Desde a experiência marcante de Bogotá, nas gestões de Antanas Mockus e Enrique Peñalosa, nos anos 90, As cidades de toda a América Latina tem desenvolvido um novo paradigma de Segurança Pública, baseada na integração entre ações de prevenção e repressão, buscando realizar intervenções integradas nos territórios mais vulneráveis, bem como mobilizar toda a cidadania para a construção de uma cultura de mediação de conflitos e promoção da paz.

4.2 NOVA CONCEPÇÃO DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA

As Estratégias de Prevenção Social à Violência Baseadas em Evidências são formuladas utilizando por base o modelo Ecológico da Organização Mundial de Saúde, procurando atuar sobre os principais fatores de risco aos quais as crianças, adolescentes e jovens estão expostos, procurando formular Estratégias protetivas em cada etapa da vida do jovem, conforme o nível de agravamento do seu comportamento de risco.

A ideia de prevenir a violência por meio do desenvolvimento de certas habilidades é algo muito recente e foi uma das principais mudanças em relação ao modelo tradicional de segurança pública, onde esse tipo de programa não existia e o Estado atuava apenas com seu aparato repressivo de forma reativa, sem foco e sem o uso de evidências, como vimos na primeira parte do livro.

Esses programas têm como ponto de partida comum a ideia de que o comportamento violento se desenvolve ao longo da vida por meio da influência de diversas relações e situações e, portanto, também pode ser prevenido ou modificado, superando as ideias deterministas de que a violência é simplesmente fruto de características pessoais e imutáveis.

Os esforços para compreender melhor quais tipos de situações e relações que aumentam a probabilidade de uma trajetória violenta deram origem ao chamado paradigma dos fatores de risco. Essa concepção foi inspirada na área da saúde, em que uma grande mudança de visão impulsionou uma atuação voltada para a prevenção, fazendo-se desenvolver o conhecimento sobre os fatores que aumentam a probabilidade de uma pessoa ter determinada doença e quais são associados à redução dessa probabilidade.¹

A primeira geração de programas de prevenção com foco em jovens foi desenvolvida ao longo dos anos 1970 e 1980 nos Estados Unidos e na Inglaterra, sendo aplicada na maioria das vezes por meio de palestras com o objetivo de alertar os jovens sobre os perigos do uso de drogas, mostrar as sanções criminais e os riscos de uma vida com comportamentos de risco, utilizando aspectos morais para mostrar o que era certo e o que era errado.

No entanto, as avaliações de impacto começaram a detectar que a grande maioria desses programas era ineficiente para produzir mudanças no comportamento de risco dos jovens e muitos

¹ Farrington, David; LOEBER, Rolf; TTofí, Maria. Risk and Protective Factors for Offending. Chapter 3. In WELSH, Brandon; FARRINGTON, David (editors). The Oxford Handbook of Crime Prevention. Oxford University Press, 2011.



provocavam até mesmo piora da situação, agravando o consumo de álcool e outras drogas, o comportamento violento e a trajetória criminal.

A prevenção social se aprimorou muito especialmente a partir dos anos 1990, conforme se avançou no conhecimento sobre fatores de risco e sobre o que funciona e o que não funciona para prevenir o desenvolvimento da trajetória de violência ao longo da vida, surgindo os programas de prevenção social baseados em evidências.

As pesquisas vêm demonstrando que a prevenção social não atua apenas na redução de comportamentos violentos, mas de diversos comportamentos de risco ligados ao uso abusivo de drogas, sexo, rendimento escolar, comportamento violento, distúrbios alimentares ou o desenvolvimento de depressão e ansiedade, que podem afetar a qualidade de vida dos indivíduos, de suas famílias e de suas comunidades ou até mesmo colocar sua vida em risco.²

As pesquisas indicam que os resultados positivos dos programas de prevenção social vêm aumentando ao longo dos anos.³ Um dos motivos da melhoria da qualidade dos programas foi o financiamento por parte de governos para a realização de grandes pesquisas de avaliação de impacto e também a necessidade de comprovação do impacto positivo das metodologias para serem financiadas pelo poder público. Isso provocou a criação de centros de certificação de programas de prevenção nos Estados Unidos e na Inglaterra, como, por exemplo, o Blueprints for Violence Prevention e o National Registry of Evidence-Based Programs and Practices (NREPP),⁴ e também a criação de órgãos especializados em programas de prevenção dentro dos Ministérios e das Secretarias de Segurança Pública, com pessoal técnico e orçamento próprio.

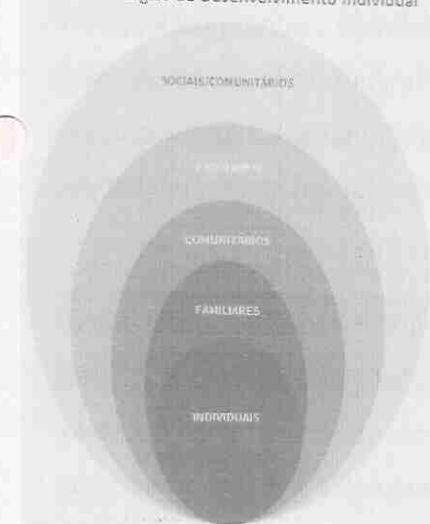
² Giardini Murta, S. (2007). Programas de Prevenção a Problemas Emocionais e Comportamentais em Crianças e Adolescentes: Lições de Três Décadas de Pesquisa Emotional and Behavioral Problems Prevention Programs for Children and Adolescents: Lessons from Three Decades of Research. *Psicologia: Reflexão E Crítica*, 20 (1), 1-8. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prc/v20n1/a02v20n1.pdf>

³ Sandra Jo Wilson, Mark W. Lipsey . The Effects of School-Based Social Information Processing Interventions on Aggressive Behavior, Part II: Selected/Indicated Pull-Out Programs. Campbell Systematic Reviews 2006:6

⁴ Wilson, Sandra Jo; Lipsey, M. W. (2007). School-Based Interventions for Aggressive and Disruptive Behavior: Update of a Meta-Analysis. *Am J Prev Med.*, 33(2 Suppl), S130–S143. Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2246021/pdf/nihms28281.pdf>

Na área de desenvolvimento individual, uma *overview* de revisões sistemáticas realizada em 2017, localizou 22 revisões sobre o tema e identificou que 18 delas haviam concluído que as diferentes estratégias conseguiam reduzir o comportamento violento, demonstrando que os programas de desenvolvimento individual mais reconhecidos atualmente tendem a ser exitosos, com um resultado médio de 30% de melhoria do comportamento de risco ao longo da vida.⁵

Modelo Ecológico de Desenvolvimento Individual



O Modelo Ecológico de Desenvolvimento é o modelo analítico de prevenção da violência utilizado pela ONU desde 2002,⁶ com o objetivo de auxiliar na análise de fatores de risco e de fatores de intervenção que devem ser objeto de atenção em cada etapa do desenvolvimento humano. O modelo está baseado numa concepção que estabelece o desenvolvimento humano como um produto resultante da interação entre as características biopsicológicas do indivíduo com os diferentes meios em que este se insere ao longo da vida, de forma dinâmica e permanente, e que vão influenciando o papel social desempenhado pelo indivíduo e sua interpretação dos fatos.⁷

Com o acúmulo de evidências produzidas especialmente a partir dos anos 1990, a Segurança Pública Baseada em Evidências tem conseguido identificar de forma cada vez mais detalhada os fatores de risco e os fatores de proteção que mais influenciam (positiva ou negativamente) na trajetória de comportamento antissocial e de violência em cada etapa do processo de desenvolvimento humano.⁸

⁵ D. P. Farrington et al Developmental and Social Prevention in David Weisburd; David P. Farrington Charlotte Gill. What Works in Crime Prevention and Rehabilitation Lessons from Systematic Reviews. Springer, 2017.

⁶ The 2002 World Report on Violence and Health

⁷ BROFENBRENNER, U. A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

⁸ <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00987.x>

Uma revisão sistemática internacional⁹ identificou 30 estudos longitudinais sobre fatores de risco, com pelo menos 300 pessoas e cinco anos de *follow-up*, publicadas em língua inglesa. A revisão identificou que os fatores de risco mais importantes para o desenvolvimento de comportamentos violentos são: impulsividade, baixa inteligência, baixo rendimento escolar, métodos de educação dos filhos pobres, pouca supervisão parental, mães adolescentes, abuso infantil, conflitos parentais, famílias desorganizadas, pobreza, pares delinquentes e vizinhança pobre.

A concepção prevencionista defende que primeiramente sejam adotadas estratégias amplas e baratas para o conjunto da sociedade, buscando promover o desenvolvimento de fatores protetivos. Em segundo lugar, procura-se detectar e agir precocemente sobre o comportamento de risco e, por fim, intervenções mais complexas e que necessitam de maiores recursos são aplicadas àqueles que desenvolveram comportamento violento.

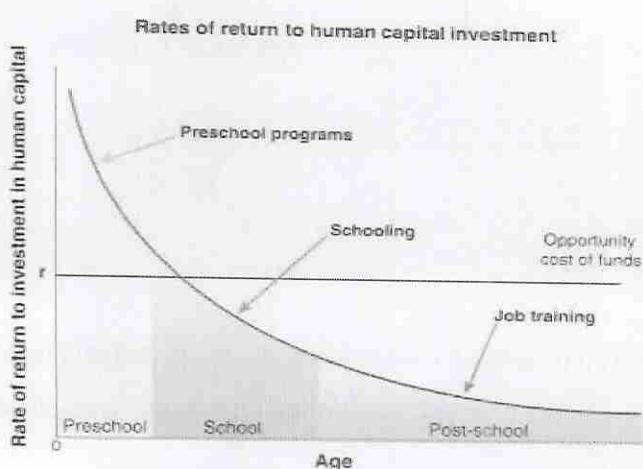
Dentre os fatores de risco para violência, diversos estudos apontam¹⁷⁻²⁵: a) fatores individuais (como autocontrole deficitário, baixo QI verbal e pouco rendimento escolar, por exemplo); b) fatores parentais (tais como disciplina punitiva e maus-tratos); c) características familiares (por exemplo, discordância parental e baixa renda); d) relacionamento com pares antissociais e; e) moradia em bairros com altos índices de criminalidade.

Ambientes familiares emocionalmente seguros, que propiciem apoio e estimulação adequada são fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança, tanto no que se refere à capacidade cognitiva, como no engajamento em relações interpessoais seguras e satisfatórias. Assim, atividades positivas realizadas entre pais e filhos, como o compartilhamento de livros, por exemplo, melhoraram as habilidades sócio-cognitivas infantis, tais como a linguagem⁴⁸. Em contrapartida, ambientes familiares estressantes podem ocasionar práticas parentais severas e inconsistentes que, por sua vez, prejudicam as relações de apego e a regulação emocional das crianças, aumentando o risco de comportamentos agressivos e criminalidade futura.^{10,17,49-51} Maus-tratos podem surgir em situações de estresse ambiental severo, onde há abuso de drogas ou álcool pelos pais, além de transtornos psiquiátricas ou envolvimento com criminalidade.^{10,52,53} O presente estudo será o primeiro a acessar

⁹ Farrington, D. P. (2015). Prospective longitudinal research on the development of offending. *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 48(3), 314–335. doi:10.1177/0004865815590461

ativação de estresse crônica entre mães, e determinar sua associação com práticas parentais ligadas à agressividade infantil.

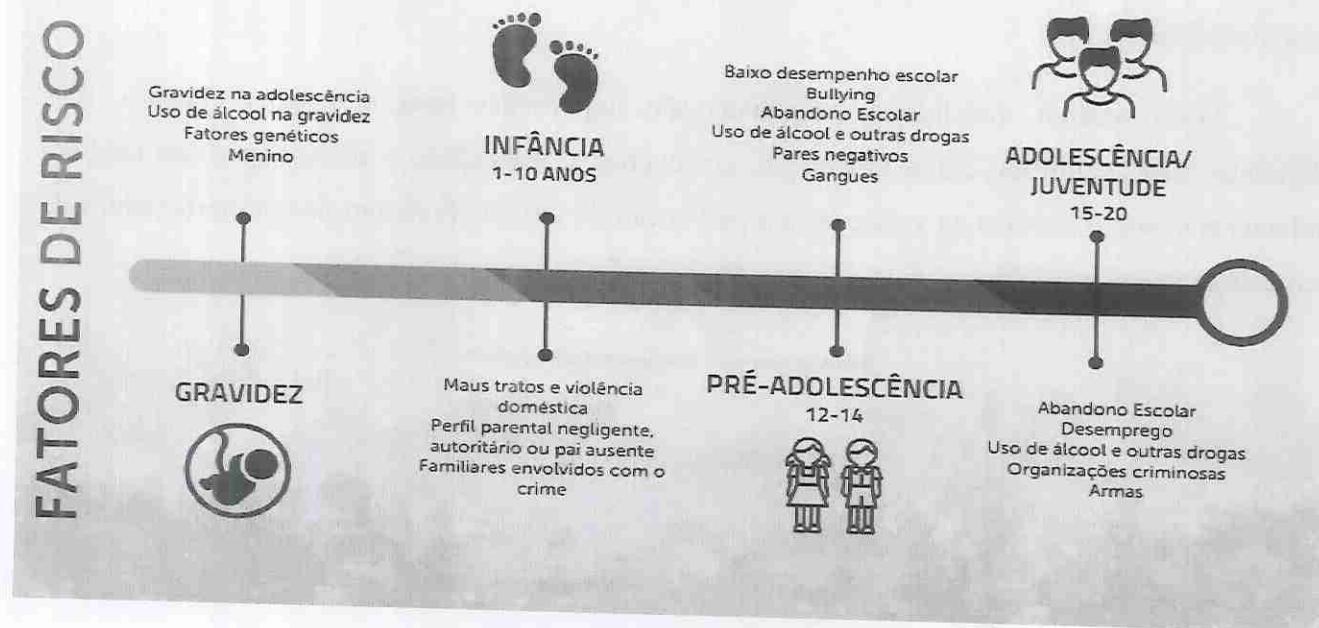
Nesse sentido, habilidades cognitivas são importantes para o desenvolvimento, mas habilidades não cognitivas, como motivação, perseverança, tenacidade e autocontrole são também fundamentais para o sucesso na vida e para a prevenção do desenvolvimento de comportamentos de risco e de exposição à violência. Esse é o foco das habilidades socioemocionais.



Com base no que foi acima exposto, dois eixos principais na primeira infância parecem estar envolvidos no desenvolvimento da agressividade: as habilidades sócio cognitivas da criança e o ambiente familiar, o qual inclui questões ligadas à disciplina e à violência contra a criança. Grande parte dos programas de prevenção à violência baseados a violência se concentra em um destes eixos.

Fatores de risco da violência.

FATORES DE RISCO



Abaixo apresentaremos a descrição e as evidências dos principais tipos de programas que vem apresentando as melhores evidências científicas sobre os fatores de risco elencados acima..

4.2.1 PROGRAMAS DE TREINAMENTO PARENTAL

Diversos estudos longitudinais demonstram que o tipo de perfil parental e problemas de comportamento na primeira infância possuem fortes consequências na trajetória criminal na adolescência e na vida adulta. Além disso, os problemas de comportamento tendem a ficar cada vez mais difíceis de serem modificados ao longo da vida. Frente a essas descobertas, os programas de formação para pais de crianças durante a primeira infância vêm ganhando muito espaço, com algumas cidades e estados adotando esses programas para todas as mães em situação de vulnerabilidade social. Esses programas atuam de diferentes formas como o controle de impulsos e comportamentos agressivos, o estímulo à integração social, o desenvolvimento cognitivo e de habilidades sociais, trazendo benefícios para o seu processo de desenvolvimento e sua vida adulta, entre eles a redução de comportamento violento e criminoso. Esse tipo de programa pode estar associado a um programa de visitação familiar (ver tópico) ou então a educação infantil ou serviços de saúde.

A propósito, evidências demonstram que a primeira infância é um período crucial, em que o apoio dos pais pode ter um grande impacto no desenvolvimento das crianças e assim reduzir o risco de comportamentos agressivos precoces que podem levar ao envolvimento com violências no futuro. Estudos randomizados de programas intensivos de acompanhamento domiciliar e pré-escolar apontaram reduções significativas nos maus tratos às crianças, e análises de custo-benefício mostraram que os ganhos a longo prazo estão principalmente relacionados à redução na criminalidade.⁵⁵ Desse modo, a OMS declarou a necessidade urgente de desenvolver, implementar e avaliar intervenções parentais preventivas de baixo custo em países de baixa e média renda.⁵⁶

Tais intervenções parentais, tendo como objetivo direto a diminuição no risco de comportamento agressivo nas crianças, e futuramente a ocorrência de comportamentos violentos e/ou criminosos, se concentram em: 1) reduzir práticas disciplinares severas e abusivas (fortemente associadas a problemas persistentes de conduta nas crianças); e 2) preparar os pais para que proporcionem um bom suporte cognitivo para as crianças (melhorando o aprendizado infantil e a prontidão escolar).

Os programas de intervenção parentais de curto prazo são potencialmente acessíveis em países de baixa e média renda, e podem resultar em grandes benefícios para as famílias que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social. O gráfico abaixo mostra os níveis de retorno de investimentos em capital humano de acordo com a faixa etária dos indivíduos. O melhor custo-benefício do investimento é na infância e primeira infância.

Uma Revisão Sistemática Campbell¹⁰ localizou 55 avaliações de impacto sobre programas de formação para pais e famílias de crianças até 5 anos de idade, sendo todos experimentos randomizados controlados realizados entre 1976 e 2008. Os resultados indicam que o treinamento de pais apresenta resultados positivos (0,35) e que se mantém ao longo do tempo, com poucas possibilidades de provocar efeitos colaterais, devendo ser utilizada como política de prevenção à violência. Os programas realizados com treinamento de pais tiveram resultados um pouco melhores, mas não estatisticamente significativos do que os programas de visitação familiar (0,36 contra 0,30). Ainda como resultado, os programas indicaram uma redução no comportamento agressivo em sala de

¹⁰ https://campbellcollaboration.org/media/k2/attachments/1042_R.pdf

aula entre crianças entre 8 e 11 anos de idade, além de menos prisões e uso de drogas até os 40 anos de idade.

4.2.2 PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL NO ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

As metodologias socioemocionais foram uma das metodologias de prevenção à violência baseadas em evidências que mais se difundiram em todo o mundo nas últimas duas décadas. Esse tipo de programa teve suas origens no final dos anos 1960, quando o psiquiatra infantil James Comer e diversos colegas do Centro de Estudo da Criança da Universidade de Yale começaram a desenvolver um programa-piloto nas duas escolas com os piores índices sociais, educacionais e de violência da cidade de New Haven, no Estado de Connecticut. Diferentemente de muitos programas que tentavam melhorar os índices acadêmicos por meio do desenvolvimento cognitivo, reforço do conteúdo e melhoria do método de ensino, o programa estava baseado no ensino das chamadas “habilidades leves”, voltadas para o relacionamento entre os alunos, a equipe escolar e as famílias. No início dos anos 1980 as duas escolas ultrapassaram a média nacional dos índices de performance escolar, e os problemas de comportamento haviam se reduzido significativamente.

A repercussão sobre esses resultados atraiu a atenção de muitos pesquisadores e deu início ao chamado movimento de educação socioemocional. Com apoio de algumas fundações privadas, foi criado em 1994 uma associação para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional (Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning – CASEL),¹¹ uma organização voltada a difundir essa concepção. Mas o movimento teve impulso efetivo com o livro publicado em 1995 pelo jornalista Daniel Goleman, chamado *Inteligência Emocional*, que se tornou um *best-seller* mundial.

Em 2009, uma comissão de especialistas convocada pelo Instituto de Medicina dos Estados Unidos concluiu que as evidências produzidas tornavam as metodologias socioemocionais altamente recomendadas para a prevenção de problemas de comportamento, psicológicos e de violência.¹² Os

¹¹ www.casel.org

¹² O’Conner, R., De Feyter, J., Carr, A., Luo, J. L., & Romm, H. (2017). A review of the literature on social and emotional learning for students ages 3–8: Characteristics of effective social and emotional learning programs (part 1 of 4) (REL 2017-245). Washington, DC: U.S. Department of Education, Institute of Education Sciences, National Center for

programas socioemocionais se tornaram oficialmente uma diretriz nacional para o sistema escolar dos Estados Unidos a partir de 2011.¹³

Programa de Educação Socioemocional

Comportamentos e situações de Risco

VIOLENCIA	CRIMINALIDADE
COMPORTAMENTO SEXUAL DE RISCO	
DROGAS ILÍCITAS	SUICÍDIO E DEPRESSÃO
ÁLCOOL	OBESIDADE
CIGARRO	FAMÍLIA INSTÁVEL
	DESEMPREGO



Fatores de Proteção



Os programas socioemocionais são voltados para a compreensão e o manejo de emoções, relacionamentos positivos e tomadas de decisão responsáveis, tendo como objetivo melhorar o comportamento social positivo, reduzir problemas de comportamento, reduzir o *stress* emocional e melhorar o rendimento acadêmico. Os programas socioemocionais em geral combinam exercícios práticos em sala de aula com ações coletivas voltadas à melhoria no ambiente de convivência da escola, entre alunos, professores e familiares.

A habilidade de enfrentar situações estressantes é essencial para a sobrevivência humana. O estresse positivo (moderado e de curta duração) pode auxiliar no desenvolvimento de habilidades de gerenciamento de emoções e do autocontrole. Entretanto, o estresse tóxico (extremo e de longa duração) afeta o desenvolvimento cognitivo e emocional e está associado com transtornos mentais, comportamentos de risco e doenças crônicas na vida adulta. O estresse tóxico tem efeitos deletérios no aprendizado, na memória e na habilidade de autorregulação e é causado por adversidades como ser vítima de violência intrafamiliar, escolar e comunitária. A educação socioemocional é uma

¹³ Education Evaluation and Regional Assistance, Regional Educational Laboratory Mid-Atlantic. Retrieved from <http://ies.ed.gov/ncee/edlabs>.

¹³ H.R. 2437, The Academic, Social and Emotional Learning Act de 2011

ferramenta de enfrentamento do estresse tóxico e oferece à criança e ao adolescente instrumentos para lidar com essas adversidades.

As evidências produzidas nos últimos 20 anos recomendam as metodologias socioemocionais para a prevenção a problemas de comportamento, psicológicos e de violência e são consideradas atualmente uma prioridade fundamental no processo de formação de crianças e adolescentes e de prevenção à violência em diversos países do mundo.

Os principais fatores de risco para a violência que a educação socioemocional busca prevenir são:

- a) comportamentos violentos;
- b) evasão escolar;
- c) baixo desempenho escolar e outros problemas escolares como falta de foco e concentração;
- d) bullying;
- e) violência na escola;
- f) depressão;
- g) ideação suicida; e
- h) consumo de álcool e outras drogas.

Uma Meta-análise¹⁴ realizada sobre 213 programas socio-emocionais escolares, abrangendo no total 270.034 estudantes do ensino infantil ao ensino superior, identificou que os participantes dos programas demonstraram melhoria em torno de 24% nas suas habilidades sociais e emocionais , 15% nas atitudes e comportamentos e uma melhora de 11% em média no seu desempenho escolar, o que equivale a média de todas as demais intervenções voltadas especificamente a melhoria do rendimento escolar já avaliadas nos EUA, sendo que a socioemocional se mostrou mais permanente com o passar do tempo. A Revisão demonstrou ainda que embora o estudo precursor tenha sido publicado em 1955 e a produção de avaliações sobre essa metodologia venha ocorrendo desde então, o interesse se

¹⁴ Durlak, J. A., Weissberg, R. P., Dymnicki, A. B., Taylor, R. D., & Schellinger, K. B. (n.d.). The Impact of Enhancing Students' Social and Emotional Learning: A Meta-Analysis of School-Based Universal Interventions. [http://www.episcenter.psu.edu/sites/default/files/news/Durlak%20et%20al.%20\(2011\)%20meta%20analysis%20SE.pdf](http://www.episcenter.psu.edu/sites/default/files/news/Durlak%20et%20al.%20(2011)%20meta%20analysis%20SE.pdf)

acelerou nos anos 1990, quando foram realizados 83 avaliações de impacto e entre 2000 e 2007, quando houveram 77 novos estudos.

Também merece destaque a qualidade dos estudos, com 99 estudos sendo Randomizados (47%) e o fato de 87% deles foram realizados nos EUA. Do total de estudos, 53% foram aplicados por professores, 21% por pessoal de fora da escola e 26% são multicomponentes, isto é, são aplicados em diferentes locais. Os programas aplicados por professores obtiveram resultado bastante positivo e foram os únicos que produziram melhoria no rendimento escolar. Um dado bastante relevante dessa Revisão foi a revisão de 33 estudos que mensuraram os impactos das metodologias sócio-emocionais nais de um ano depois da sua aplicação, os quais apontaram que todos os resultados positivos se mantêm O número médio de sessões dos programas avaliados foi de 24 sessões. A característica que mais impactou os resultados foi a fidelidade a metodologia no processo de implantação e o aumento da idade dos estudantes é associado com uma pequena redução nos resultados positivos do desenvolvimento das habilidades socioemocionais.

4.2.3 TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL

São programas que partem da ideia da importância da mudança de comportamento para produzir uma mudança sobre o processo de cognição. A TCC parte das seguintes proposições: a atividade cognitiva influencia o comportamento, a atividade cognitiva pode ser monitorada e alterada e o comportamento pode ser influenciado através da mudança cognitiva, isto é, na forma de pensar a si, o mundo e os problemas. Diferentemente da psicanálise, o objetivo não é que o terapeuta realize uma interpretação do material trazido pelo paciente para tentar encontrar suas origens, mas que o próprio paciente realize um trabalho para identificar, examinar e corrigir as distorções de pensamento que o estão prejudicando, por meio de exercício intensos e práticos. Ao invés de focar no comportamento encoberto do paciente, o foco é dirigido diretamente as crenças centrais do seu pensamento. A intercorrência de vários fatores de risco faz com que o indivíduo tenha uma vulnerabilidade cognitiva na formação de suas crenças, predispondo o indivíduo a transtornos emocionais ou ao comportamento violento, que devem ser corrigidos com a modificação das crenças nucleares do

indivíduo sobre si e sobre o mundo¹⁵. A TCC é a metodologia mais versátil e confiável na produção de resultados positivos entre todas as demais metodologias de prevenção social, demonstrando resultados relevantes seja na redução de problemas comportamentais em escolas ou a reincidência criminal qual aplicado em presídios, funcionando tanto para crianças, quanto jovens e adultos, sendo que mais de 20% dos estudos alcançam os melhores resultados, com até 50% de redução.

Uma Revisão Sistemática feita por Lipsey et al.'s Campbell review (2007) com 58 estudos, sendo 19 experimentos randomizados, identificou que a TCC tem grande capacidade para reduzir a violência, tanto em nível comunitário, quanto para indivíduos que já estejam dentro de instituições prisionais, reduzindo a reincidência. Segundo a Revisão, a TCC funciona seja como uma intervenção isolada, seja como parte de um conjunto mais amplo de projetos. Em media a TCC conseguiu reduzir em 25% a reincidência, mas esse número chega a 52% em alguns métodos.

Uma Revisão Sistemática¹⁶ feita pelo Washington State Institute for Public Policy, uma instituição pública voltada para avaliação de impacto de políticas públicas criada pelo estado de Washington em 1983, demonstrou que o custo benefício das metodologias cognitivo comportamentais aplicadas com jovens adultos criminosos tem um custo benefício mínimo de R\$ 26 dólares para cada um dólar investido, com 100% de certeza de que os benefícios são na prática muito maiores e no segundo ano após a aplicação os benefícios já igualam os custos e no terceiro a relação já se torna positiva, aumentando ao longo do tempo, atingindo sua maior taxa de retorno no 16º ano após a aplicação.

4.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO QUE FUNCIONAM

Sistematizamos a seguir uma série de características que têm sido encontradas por diversas revisões sistemáticas e metanálises nos programas de prevenção que conseguem produzir impacto

¹⁵ KNAPP, Paulo. Princípios fundamentais da terapia cognitiva. In Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica. Paulo Knapp et al. Porto Alegre: Artmed, 2007. PP. 19-42

¹⁶ Washington State Institute for Public Policy. Cognitive behavioral therapy (CBT) (for individuals classified as high- or moderate-risk) Adult Criminal Justice. Benefit-cost estimates updated December 2017. Literature review updated December 2016.

<http://www.wsipp.wa.gov/BenefitCost/ProgramPdf/10/Cognitive-behavioral-therapy-CBT-for-individuals-classified-as-high-or-moderate-risk>

positivo. Essas características aumentam a efetividade e a eficiência dos programas e devem ser observadas na implementação de novos programas na área de prevenção para alcançar resultados cada vez melhores ao longo de sua implementação.

Programas estruturados funcionam melhor do que programas com metodologia aberta: Programas com metodologia aberta, mesmo que orientados por determinadas diretrizes orientadoras, são muito difíceis de serem mensurados e em geral dependem muito mais da qualidade individual de cada aplicador, não possuindo evidência de que possam funcionar em grande escala.

Programas baseados no Risco e nas necessidades específicas de cada jovem: A efetividade dos Programas depende de serem dirigidos para o público com o nível de agravamento e de risco correto, sendo que programas de prevenção universal e fortalecimento de habilidades socioemocionais devem ser dirigidos para público de baixo risco, enquanto programas cognitivo comportamentais devem ser dirigidos para públicos de médio e alto risco.

Atuar sobre fatores de proteção e não sobre os fatores de risco: intervenções que estimulam fatores protetivos são mais exitosas do que programas voltados a reduzir fatores de risco, comumente mais difíceis de serem superados.

Métodos didáticos ativos e vivenciais funcionam melhor que os de conteúdo passivo: os diferentes métodos didáticos interativos e vivenciais, que envolvem a participação ativa das pessoas no processo de aprendizagem – sejam familiares, crianças, jovens, professores ou lideranças da comunidade – funcionam muito melhor do que métodos passivos como palestras. Avaliação conjunta de situações, jogos, exercícios de autocontrole, meditação e encenação de problemas apresentaram melhores resultados em 92% dos estudos realizados em comparação com métodos não interativos, como palestras ou vídeos informativos, isoladamente (DISCHION; McCORD; POULIN, 1999).

Do simples ao complexo: os processos de formação devem ser sequenciados, obedecendo a um programa estruturado e conexo, que comece trabalhando com o nível mais simples de habilidades e problemas e vá avançando para níveis mais complexos (DISCHION; McCORD; POULIN, 1999).

Teoria da mudança clara: programas que possuem uma teoria da mudança clara são mais efetivos, isto é, os programas devem descrever de forma detalhada o processo de mudança que pretendem realizar, explicando cada elemento que será impactado e a forma como será possível mensurar essa mudança, até resultar numa mudança concreta no comportamento. Essa descrição precisa estar apoiada em teorias sobre o desenvolvimento do comportamento humano que já possuam evidências, de modo que seja possível avaliar posteriormente se o processo esperado pela aplicação da intervenção realmente ocorreu na prática (MURTA, 2007; ROSSI; LIPSEY; FREEMAN, 2004).

Foco: as metodologias devem ser focadas em determinados fatores de risco ou no desenvolvimento de determinados fatores protetivos, buscando desenvolver habilidades bem específicas e mensuráveis, não uma melhoria genérica e abstrata do comportamento.

Formação e engajamento do pessoal: a formação adequada da equipe e seu engajamento na aplicação da metodologia são fatores que influenciam muito no resultado final. É fundamental que os aplicadores conheçam as evidências, a teoria da mudança e os objetivos da metodologia que irão aplicar (NATION et al., 2003).

Alta fidelidade: os aplicadores precisam seguir da forma mais fiel possível o passo a passo recomendado pela metodologia, evitando mudanças de acordo com o que acham melhor (WILSON; LIPSEY, 2007).

Família: intervenções de prevenção que envolvem as famílias e atuam sobre fatores familiares, mesmo aquelas que não sejam especificamente delineadas como abordagens familiares, tendem a ser as mais efetivas (WEISBURD; FARRINGTON; GILL, 2017).

Intensidade: programas mais intensivos, com maior número de sessões por semana, são mais eficazes do que programas menos intensivos (WEISBURD; FARRINGTON; GILL, 2017).

Dosagem: programas com duração mais longa tendem a ser mais efetivos para grupos em maior nível de risco, e programas de curta duração podem provocar impacto positivo para grupos de menor risco (HUSER; SMALL; EASTMAN, 2008).

Perfis agravados: programas que se concentram em jovens com maiores riscos, que já manifestam comportamentos disruptivos, demonstram melhores resultados e melhor relação custo-benefício do que programas universais, implementados para todas as crianças (WEISBURD; FARRINGTON; GILL, 2017; ABT; WINSHIP, 2016).

Adequação cultural: os programas devem ser adaptados ao contexto e aos aspectos culturais locais, para que o público que participará do programa identifique-se com ele, aumentando seu interesse e participação, devendo-se ter cuidado para que essa adaptação não altere a metodologia.

Legitimidade: programas que criam parcerias locais e envolvem as lideranças comunitárias tendem a ter sucesso e são mais sustentáveis porque fomentam melhores relações entre o poder público e as comunidades, fortalecendo os vínculos sociais (ABT; WINSHIP, 2016).

Monitoramento e avaliação: programas que possuem instrumentos de monitoramento ao longo do processo de implantação e programas que já foram objeto de mais avaliações tendem a ser mais efetivos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2013).



Richard O'Connor
Rare Books Division
New York Public Library
90

Richard O'Connor
Rare Books Division
New York Public Library
90

Richard O'Connor
Rare Books Division
New York Public Library
90

Richard O'Connor
Rare Books Division
New York Public Library
90

Richard O'Connor
Rare Books Division
New York Public Library
90

Richard O'Connor
Rare Books Division
New York Public Library
90

Richard O'Connor
Rare Books Division
New York Public Library
90

Richard O'Connor
Rare Books Division
New York Public Library
90



5 - OS PLANOS INTEGRADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

As evidências internacionais têm demonstrado que a construção de coalizões de prevenção ao crime (Rosenbaum, 2002), nas quais diversos órgãos atuam de forma cooperativa e sinérgica (Butterfoss, Goodman, Wandersman, 1993), tem sido um elemento fundamental para alcançar resultados efetivos na redução dos índices de violência. Em resumo as mais recentemente evidências têm demonstrado que essa coalizão consegue resultados mais efetivos quando são combinadas estratégias de aplicação da lei com programas de prevenção social à violência baseados em evidências, de forma proativa e focada (Abt, 2019).

Segundo Rosenbaum (2002), as coalizões produzem resultados positivos, pois:

- Aumentam a responsabilização das organizações por resultados;
- Reduzem a duplicação e a fragmentação dos serviços;
- Criam ligações público-privadas;
- Aumentam a sensibilização e a participação do público em iniciativas de redução da criminalidade;
- Servem para fortalecer as organizações comunitárias locais;
- São transformacionais, alterando o modelo de atuação das organizações públicas;
- Aumentam a utilização baseada em dados, o foco para a resolução de problemas e a proatividade.

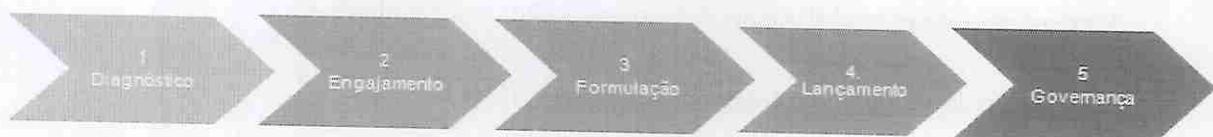
Com o objetivo de formar essa "coalizão de prevenção ao crime", que se encontra na base das principais referências exitosas de redução da violência ao redor do mundo, o Instituto Cidade Segura formulou a metodologia para a construção de Planos Integrados de Segurança Pública".

Esse Plano compreende a construção de um plano de ação integrado entre diversas forças públicas e sociais, com o objetivo de reduzir os índices de violência, bem como a implementação de um conjunto de metodologias de prevenção à violência e de policiamento, tendo como referência central a liderança do Prefeito municipal.

6.2 METODOLOGIA DE FORMULAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DOS PLANOS INTEGRADOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A construção dos Planos é realizada em 5 fases:

Metodologia



6.1.1 DIAGNÓSTICO

- Análise da situação de violência detalhada sobre a dinâmica criminal na cidade, utilizando informações dos indicadores de violência das instituições de segurança presentes no município e informações das bases de dados da saúde, educação e assistência;
- Mapeamento dos programas, projetos e ações de prevenção à violência realizados nas cidades por órgãos públicos e privados e da capacidade institucional instalada na cidade e uma análise do seu potencial de acordo com as capacidades e as evidências científicas existentes sobre cada projeto;

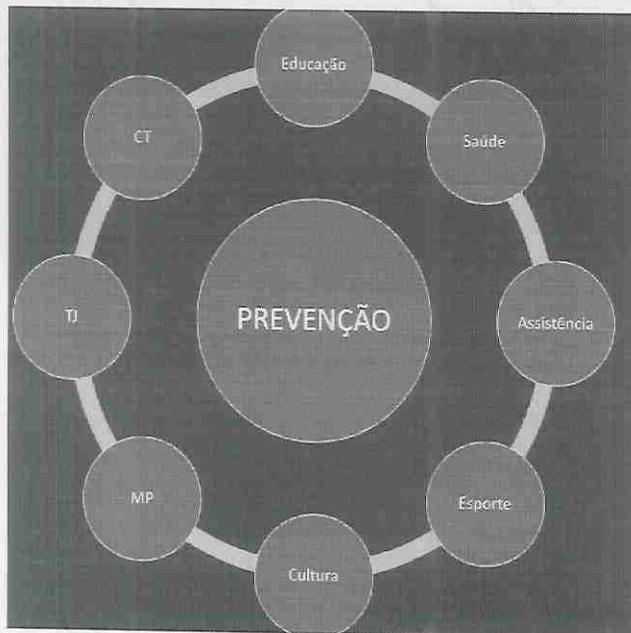
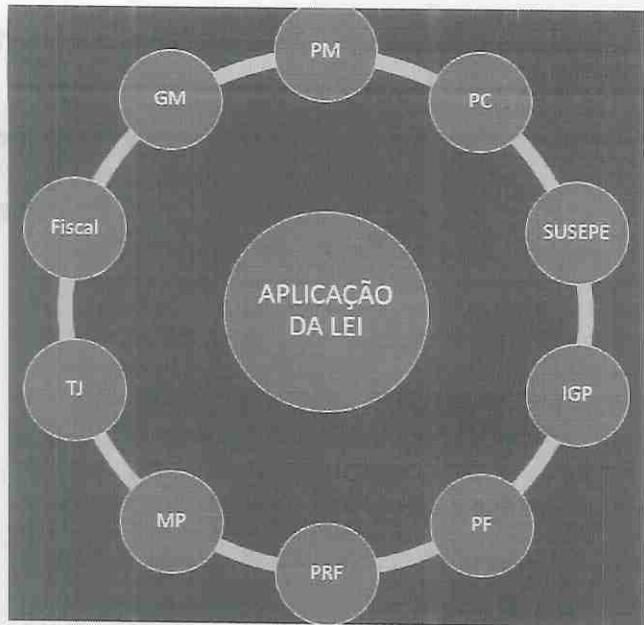
- Avaliação das tecnologias de segurança pública já implantadas pela cidade, bem como assessoria para a formulação de projetos de aquisição de novas tecnologias buscando otimizar custos e potencializar os resultados, de acordo com as melhores evidências disponíveis.

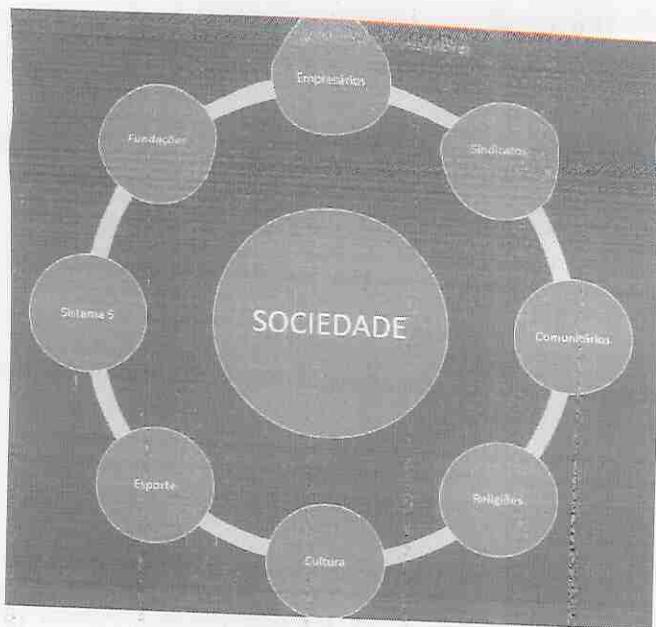


6.1.2 ENGAJAMENTO SOCIAL E INSTITUCIONAL

Mobilização do conjunto de órgãos internos da Prefeitura, bem como do conjunto de atores públicos que atuam na cidade com vínculo com o tema da Segurança Pública e da violência, como o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Sistema Prisional, Sistema Sócio Educativo, Polícias Federais e IGP, além do engajamento das lideranças de diversos setores da sociedade civil da cidade, com previsão de ser realizado ao longo dos três primeiros meses.

ATORES ENVOLVIDOS





6.1.3 FORMULAÇÃO

ao
que

ESTRATÉGIAS PROATIVAS

Durante essa etapa a Consultoria irá propor Estratégias Proativas de Prevenção à Violência Baseadas em Evidências, procurando aproveitar máximo os principais projetos já em execução, procurando potencializá-los e integrá-los entre os diferentes setores, além de propor projetos novos estejam ausentes atualmente e a supressão de outros esforços que esteja desintegrados ou não possuam evidências positivas. Para propor as Estratégias Proativas, a Secretaria utilizará como referência as principais evidências científicas internacionais sobre o que funciona e o que não funciona para reduzir a violência e experiências internacionais de sucesso. As Estratégias serão primeiramente discutidas com o Prefeito Municipal e posteriormente serão apresentadas ao GGI e ao CIP, realizando o processo de Pactuação.

- Apresentação de uma proposta de Plano Municipal, composto por estratégias de aplicação da lei e prevenção à violência, destacando os objetivos, responsáveis, metas e evidências de cada projeto, incluindo ações já realizadas na cidade e recomendação para a adoção de novas ações;

- Formação e qualificação dos gestores e funcionários na temática Segurança Pública Baseada em Evidências
- Elaboração de Protocolos e Planejamento da Guarda Municipal orientados para a implantação do Plano Municipal
- Realização do processo de pactuação com os diferentes atores públicos e privados envolvidos na temática no município
- Elaboração de um Texto Base apresentando o Plano Municipal

6.1.4 LANÇAMENTO DO PLANO MUNICIPAL

- Apoio a Prefeitura para a realização de um evento presencial e/ou online reunindo as principais lideranças públicas e privadas da cidade, para realizar o lançamento do Pacto
- Apoio a Prefeitura para definição da estratégia de divulgação do Pacto em meio digital e nos veículos de comunicação

6.1.5 GESTÃO E MONITORAMENTO DO PLANO

Desde o processo de pactuação, será instalado e/ou reforçado o modelo de gestão composto pelo o Gabinete de Segurança Municipal (instância de articulação das ações de repressão) e o Comitê Integrado de Prevenção (instância de articulação das ações de prevenção), além do Conselho Municipal de Segurança (instância de engajamento e controle social do plano). Após o lançamento do Pacto, terá início o processo de monitoramento e gestão mensal do Pacto, conforme tópico a seguir e serão definidos formalmente os coordenadores, metodologias de implementação, metas e indicadores das Estratégias Proativas. Terão início então os Ciclos Permanentes de Avaliação, que serão realizados até o 12º mês de implantação do projeto, durante os quais a Consultoria elaborará Relatórios de Avaliação mensais, para subsidiar a Prefeitura na reunião do Comitê Gestor, avaliando a evolução da implementação das ações, dos indicadores de violência e serão feitas recomendações. Serão fixados murais de avaliação permanente do Pacto, em todos os órgãos envolvidos, onde serão fixados os indicadores de violência atualizados semanalmente.



- Apoio para o fortalecimento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM) para realizar o monitoramento dos indicadores de criminalidade e a gestão das estratégias de aplicação da lei;
- Apoio para a criação do Comitê Integrado de Prevenção (CIP), a ser composto por organizações e órgãos de proteção social com atuação na cidade, para realizar o monitoramento dos indicadores e a gestão das estratégias de prevenção à violência;
- Apoio para a criação do Comitê Social do Pacto, a ser composto por lideranças sociais e empresariais do município, para realizar o monitoramento social do Pacto.
- Acompanhamento mensal da implementação dos programas do Pacto.
- Apoio à equipe para a produção mensal do Relatório de Análise dos Indicadores de Violência e Criminalidade
- Assessoria para elaboração de projetos e captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, com o objetivo de implementar ações de Segurança Pública no município

Modelo de Gestão do Pacto Pela Paz

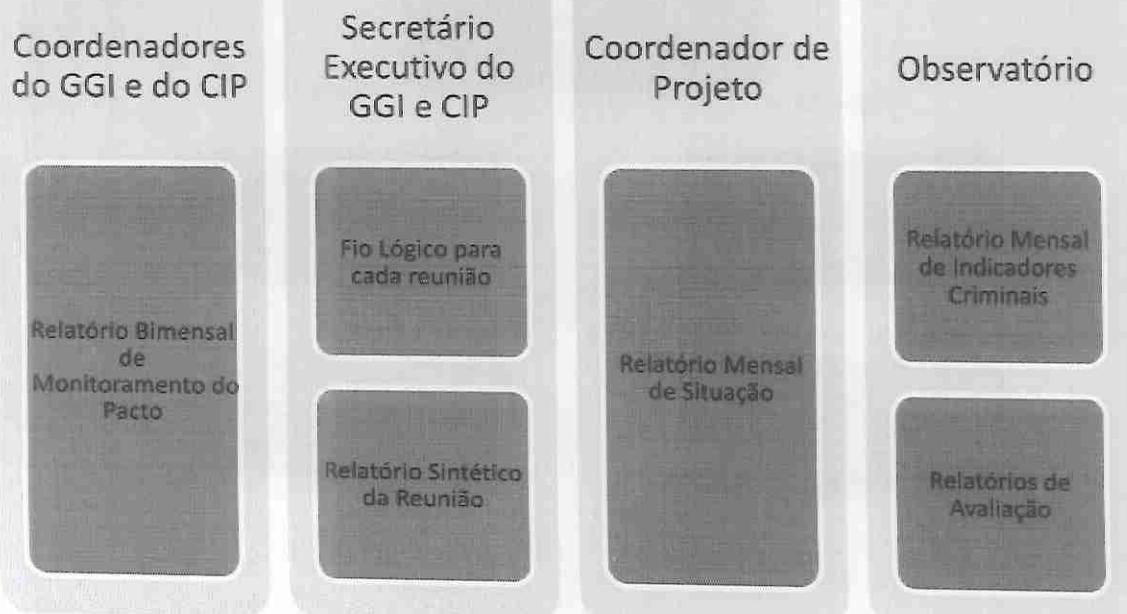


Proposta de Sistemática de Gestão do Pacto Pela Paz

SEMANA 1	SEMANA 2	SEMANA 3	SEMANA 4
Gabinete de Segurança Municipal	Comitê Integrado de Prevenção	Reuniões dos Projetos e Câmaras Temáticas	COMITÊ GESTOR

Uma vez por mês os coordenadores de projeto devem realizar um relatório sintético sobre o estágio de implementação do projeto que estão responsáveis. Os Coordenadores do GGI e do CIP, por sua vez devem elaborar um Relatório Bimensal de Monitoramento do Pacto, com uma avaliação geral do conjunto dos projetos e dos resultados alcançados. Em parceria com as polícias, o Observatório Municipal de Segurança é responsável por elaborar no início de cada mês um Relatório de Análise Criminal do mês anterior. O relatório busca identificar as tendências criminais (positivas ou negativas) e possíveis impactos das ações em andamento. O Observatório passará a produzir análises de impacto mais detalhadas, capazes de identificar possíveis efeitos que cada estratégia está produzindo de forma isolada nas taxas de violência.

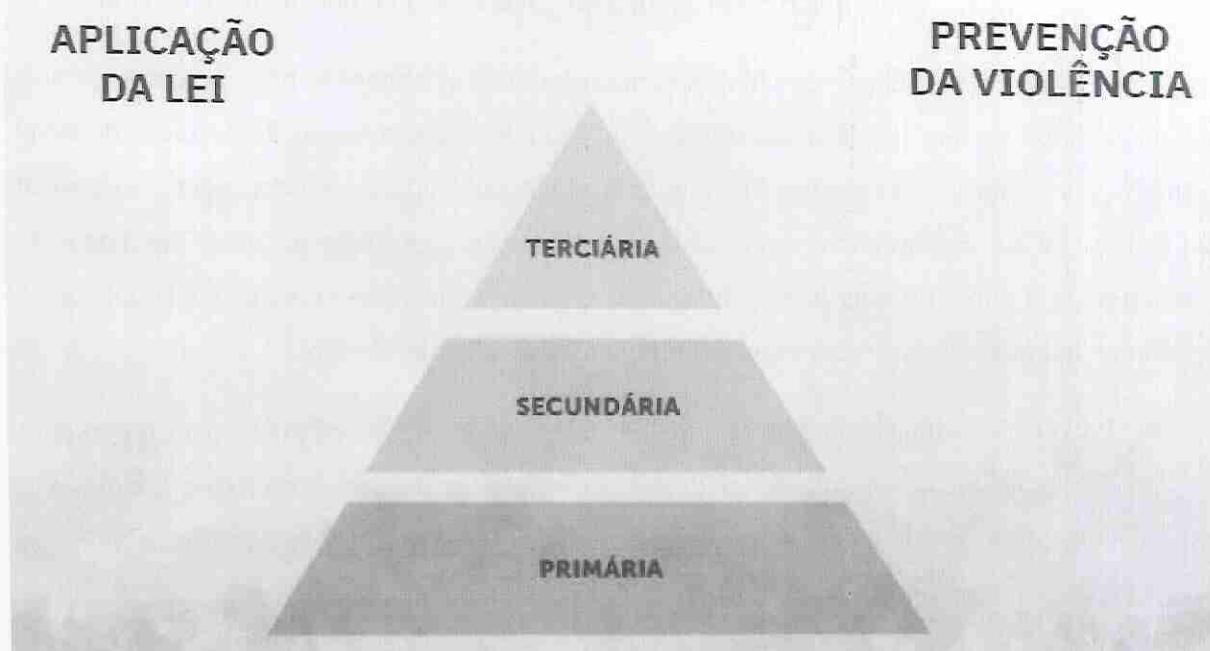
Sistematica de Monitoramento





6.3 ESTRUTURA DOS PLANOS

Os Pactos são estruturados em dois eixos e três níveis de risco, através dos quais são selecionados os programas que possuem mais evidências que podem ser utilizados para resolver determinado problema de violência.



5.1 EIXOS DOS PLANOS

O Pacto está estruturado através dos dois principais eixos utilizados pela literatura internacional de evidências sobre o que funciona e o que não funciona para reduzir a violência em nível internacional:

- **APLICAÇÃO DA LEI:** As quais envolvem:
 - Ações de Policiamento e Justiça baseadas em Evidências procuram articular o sistema de justiça, as polícias e os setores de fiscalização do município, além de promover uma atuação mais inteligente com base em dados atualizados e georreferenciados.
 - Ações de poder de polícia administrativa: As Estratégias de Fiscalização Administrativa procuram fortalecer o papel de polícia

administrativa dos municípios, com o objetivo de atuar sobre os principais fatores de risco e pequenos delitos.

- **PREVENÇÃO SOCIAL:** As Estratégias de Prevenção Social à Violência Baseadas em Evidências são formuladas utilizando por base o modelo Ecológico da Organização Mundial de Saúde, procurando atuar sobre os principais fatores de risco aos quais as crianças, adolescentes e jovens estão expostos, procurando formular Estratégias protetivas em cada etapa da vida do jovem, conforme o nível de agravamento do seu comportamento de risco.

Essa forma de classificação tem como referência a concepção prevencionista da área de saúde pública, que desde a década de 70, defende a estruturação de políticas de nível primário e secundário. O objetivo é promover a saúde e não apenas tratar as doenças (Leavell & Clark, 1976) estimulando a adoção de programas, conforme o nível de risco do público-alvo, a partir de uma perspectiva proativa. Esta concepção prevencionista aplicada à segurança pública defende três níveis de intervenção detalhados abaixo:

- Prevenção primária: busca desenvolver estratégias amplas e baratas para o conjunto da sociedade, promovendo o desenvolvimento de fatores protetivos. Seguindo o conceito utilizado na Saúde pública, a prevenção primária fomenta estilos de vida que reduzam o comportamento de risco.
- Prevenção secundária: procura detectar e agir precocemente sobre o comportamento de risco, atuando com foco em evitar o agravamento do processo. Pode ser dirigida a indivíduos, grupos, territórios ou tipos de situações com maior risco. Exige diagnóstico e informações detalhadas sobre os fatores de risco presentes bem como identificar as diferenças, singularidades e necessidades de cada grupo para alcançar maior eficiência (Ratton, 2012, p. 15).
- Prevenção terciária: são as intervenções mais complexas e caras. Exigem atuação altamente focada, voltada para indivíduos e grupos já envolvidos com o crime e/ou a violência, em regiões onde as práticas violentas se desenvolveram, colocando em risco as pessoas e degradando a qualidade de vida de todos. As evidências sobre o princípio do risco têm indicado que as intervenções com foco em situações mais violentas são aquelas que produzem o maior nível de redução dos índices de violência.



6. PESQUISAS DE VITIMIZAÇÃO

As pesquisas de vitimização vêm se destacando como ferramentas importantes para a realização de diagnósticos mais precisos sobre a violência, uma vez que permitem uma análise mais próxima da realidade sobre o número de crimes ocorridos na cidade do que os registros policiais. Essas pesquisas também permitem a análise mais abrangente sobre outras formas de violência que muitas vezes não são apresentadas nos registros criminais, como perturbação do sossego e diversos tipos de violência contra a mulher.

PESQUISA DE VITIMIZAÇÃO



1.000 ENTREVISTAS DOMICILIARES



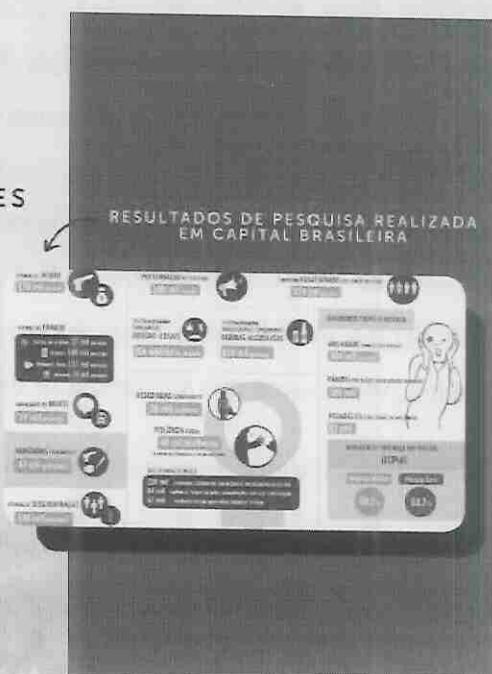
SENSAÇÃO DE SEGURANÇA



ESTIMATIVA DO NÚMERO
GERAL DE VÍTIMAS DE CRIMES

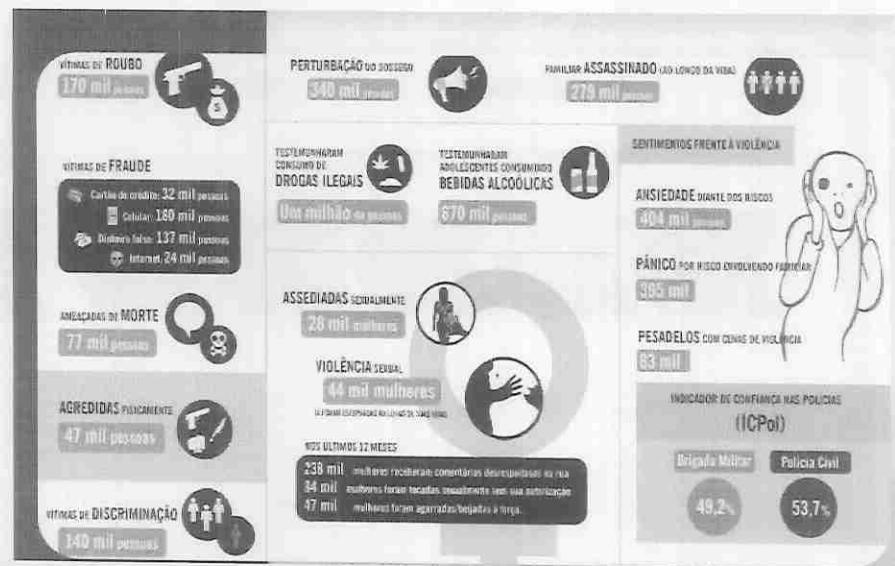


DISCRIMINAÇÕES





Um exemplo dos resultados produzidos estão nesse sumário executivo da Pesquisa de Vitimização na cidade de Porto Alegre, no ano de 2017. A pesquisa trouxe resultados muito impactantes sobre a dimensão da violência na cidade:



7. PROCESSO DE TRANSFERÊNCIAS DA TECNOLOGIA DA TECNOLOGIA PARA O MUNICÍPIO

Um dos grandes diferenciais dos Programas de Prevenção desenvolvidos pelo ICS é que eleS tem por resultado a formulação de programas sobre os quais os municípios os municípios recebem os direitos autorais para plena utilização em sua rede, por tempo indeterminado, com a transferência completa de tecnologia para que a cidade tenha capacidade plena para implementar o programa e ao mesmo tempo consiga manter a fidelidade à metodologia, realizando a supervisão da implementação e também a formação de futuros professores que venham a se tornar aplicadores.

O processo de transferência de tecnologia ocorre através das seguintes etapas:

- 1) Formação inicial dos servidores que aplicarão os programas;
- 2) Supervisão intensiva semanal com os profissionais que aplicarão o programa, ao longo do *primeiro ciclo de aplicação*.